

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL  
AUDIOVISUAL**

**Relatório final**

Natal, 23 de novembro de 2014

**SUMÁRIO**

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	2
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO APL AUDIOVISUAL</b> .....	4
1.1. Introdução .....	4
1.2. Histórico do APL.....	7
1.3. Setores econômicos do APL.....	13
1.4. Empresas presentes, interação e cooperação dos atores .....	16
1.5. Governança do APL.....	19
<b>2. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO</b> .....	22
<b>3. SITUAÇÃO ATUAL, DESAFIOS E OPORTUNIDADES</b> .....	24
3.1. Pontos fortes .....	28
3.2. Obstáculos e ameaças .....	28
3.3. Oportunidades.....	29
3.4. Desafios .....	31
<b>5. INDICADORES DE RESULTADO</b> .....	37
<b>6. AÇÕES PREVISTAS</b> .....	39
6.1 Infraestrutura e Investimentos.....	40
6.2 Financiamento.....	41
6.3 Governança e Cooperação .....	42
6.4 Competitividade e Inovação .....	45
6.5 Formação e Capacitação.....	46
6.6 Divulgação e Comunicação.....	49
6.7 Acesso a Mercados.....	51
<b>7. GESTÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO</b> .....	53
<b>8. INSTRUMENTOS PARA ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO</b> .....	54
<b>9. ANEXO</b> .....	55

## APRESENTAÇÃO

Através de projeto com abrangência nacional, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério da Cultura (MinC) unem-se em uma parceria para a valorização de setores da economia criativa por meio de diversas ações integradas nas esferas federal, estadual e regionais. Tendo em vista a importância dos arranjos produtivos locais para o desenvolvimento de setores e regiões, foram selecionados 27 APLs de economia criativa distribuídos em quase todos os estados brasileiros. A ação pretende fomentar o desenvolvimento regional, trazendo emprego e renda, de modo que os arranjos sejam permanentes e economicamente sustentáveis, ao mesmo tempo em que os aspectos criativos e culturais de nosso povo sejam preservados.

O Governo Federal define o conceito de economia criativa em seu Plano de Políticas, Diretrizes e Ações 2011-2014 editado pelo Ministério da Cultura. Entende-se como economia criativa aquela composta por setores cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social. Sua importância para o país se alicerça em princípios como a manutenção de ativos da diversidade cultural brasileira, inclusão social, inovação e sustentabilidade, além das questões econômicas e de desenvolvimento regional, que se refletem em geração de emprego e renda.

Os arranjos produtivos locais (APLs) caracterizam-se por aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtores de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas várias formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. Os atores do APL, embora localizados em um território, não necessariamente estão restritos a uma divisão político-administrativa, pois pode envolver inúmeros municípios e mais de um estado. Além disso, os vínculos podem ter natureza mais relacional, de cooperação e interação. Estes fatores podem permitir e ampliar a troca de conhecimentos, as formas de acesso ao mercado e a geração de inovações.

Por meio de edital de concorrência pública, a Fundação Carlos Alberto Vanzolini foi selecionada como entidade consultiva e catalisadora da elaboração de Planos de Desenvolvimento (PD), com o papel de consolidar o conhecimento, desafios, oportunidades e os anseios das instituições, organizações e diversos atores que representam cada um dos APLs.

A Fundação Vanzolini habilita-se para o projeto sendo uma instituição privada, sem fins lucrativos, criada, mantida e gerida pelos professores do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da

Universidade de São Paulo. Tem como objetivo desenvolver e disseminar conhecimentos científicos e tecnológicos inerentes à Engenharia de Produção, à Administração Industrial, à Gestão de Operações e às demais atividades correlatas que realiza, com total caráter inovador.

Embora a consultoria tenha exercido papel de mediação das discussões em grupo e transcrição do documento no período de junho a agosto de 2014, o Plano de Desenvolvimento do APL é resultado de um esforço coletivo de construção efetuado pelos agentes locais e demais atores do APL. O PD materializa o planejamento estratégico deste grupo, que só adquire sentido quando há a representatividade e envolvimento coletivo.

O Plano de Desenvolvimento deverá balizar as ações do APL e munir as instituições do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) e dos Núcleos Estaduais (NEs) de informações para a elaboração de políticas públicas. Articular diferentes agentes em torno desses empreendimentos colabora para uma organização do próprio APL e para uma aproximação das empresas locais com as instituições que as apoiam, sejam em âmbito regional, estadual ou federal. A proposta é que, com o Plano de Desenvolvimento em mãos, o APL esteja fortalecido e capaz de elaborar seus projetos coletivos, concorrer a editais e seleções públicas e ser capaz de buscar apoio institucional e acessar linhas específicas de crédito pra APLs.

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO APL AUDIOVISUAL

### 1.1. Introdução

A história do audiovisual mostra que o Rio Grande do Norte teve um papel importante, porém de coadjuvante, no passado da produção audiovisual nacional. Atualmente o estado tem todas as condições de participar como protagonista de peso no futuro desta produção. O Rio Grande do Norte possui grandes potencialidades para a produção audiovisual, como luminosidade abundante, clima favorável, cultura local rica em temáticas e ambientes diversificados. Ao longo dos últimos 15 anos, diversos cursos de formação foram criados em Natal e região abastecendo o mercado local de audiovisual com muitos profissionais capacitados a cada ano.

No Rio Grande do Norte, assim como em outros estados do Nordeste do Brasil, a produção audiovisual está em processo de ampliação, apesar de ainda tímida comparada ao eixo sudeste/sul do país. Melina Izar Marson, em artigo publicado no livro “Cinema e Políticas de Estado: da Embrafilme à Ancine” (2009), comenta o aumento das produções fora do eixo sudeste do país:

Já em relação à diversidade regional, vale destacar que cineastas das cinco regiões do Brasil produziram a partir de meados dos anos 90, diminuindo a alta concentração de produção da região sudeste, em especial no eixo Rio – São Paulo. Cineastas do norte (Aurélio Micheles, Djalma Limongi Batista), do nordeste (Lírio Ferreira, Paulo Caldas, José de Araújo, Marcus Moura, Rosemberg Cariry, Claudio Assis), do sul (Jorge Furtado, Otto Guerra, Sylvio Back, Carlos Gerbase, João Pedro Goulart) e do centro-oeste (André Luiz Oliveira, Afonso Brazza) puderam realizar seus filmes. Essa diversidade regional deve-se também às legislações regionais que permitiram e estimularam o desenvolvimento de atividades de cinema em diversos estados. (p. 107)

Outro elemento facilitador para o aumento das produções são os editais de fomento público, conduzidos por entidades como o BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e o próprio MinC (Ministério da Cultura), que por meio da Secretaria do Audiovisual (SAV) está criando mecanismos que ampliam e democratizam o acesso à cultura audiovisual no país.

Identificam-se experiências positivas na trajetória evolutiva e social da produção audiovisual do RN, como o trabalho desenvolvido pelo coletivo Caminhos, Comunicação & Cultura- CC&C. O grupo promove oficinas de produção de vídeo. A atuação do coletivo CC&C é recente no estado, acontece há cerca de oito anos, mas está se caracterizando como de grande relevância para promoção, estímulo, execuções de produtos audiovisuais no RN e a disseminação social da cultura audiovisual. Iniciativas como a desenvolvida pelo coletivo CC&C abrem espaços para o audiovisual na sociedade, gerando acessibilidade a esse tipo de produção cultural.

Dominique Wolton em seu livro “Internet, e Depois? Uma Teoria Crítica das Novas Mídias” (2003) já observa o impacto do audiovisual na sociedade:

A especificidade das tecnologias de comunicação do século XX com a transmissão do som e da imagem é a de alcançar todos os públicos, todos os meios sociais e culturais. Por princípio, as mídias do século XX estão inscritas na lógica da maioria. (p.29).

Com base em pesquisa realizada pela UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, sobre os setores cinematográficos, indica que 86% dos filmes exibidos no mundo são produções hollywoodianas, André Martinez em seu livro “Democracia Audiovisual” (2005) coloca que:

A conclusão é que aproximadamente 88 países de baixo PIB e IDH jamais teriam tido condição de produzir um único filme, configurando um universo populacional de 465 milhões de pessoas que jamais puderam ver sua cultura refletida no cinema. Essa disparidade é levemente atenuada com a produção independente de obras audiovisuais em suportes alternativos, como vídeo, e com a correspondente adequação das salas de exibição – política implementada em alguns países da Ásia e da África. (p.51)

Deve-se ter uma postura crítica e responsável diante das estatísticas apresentadas, pois o espaço cultural deve ser democrático permitindo escolhas, não deve nunca ser restritivo a um nicho, nem tampouco favorecer produção estrangeira em detrimento da nacional.

A reflexão sobre a produção audiovisual do coletivo CC&C é importante para verificar a experiência de abertura ao cenário audiovisual potiguar. Frederico A. Barbosa Silva no “CPC - Cadernos de políticas culturais. Políticas Culturais no Brasil 2002 – 2006” (2007) discorre:

Um dos fatores mais importantes na gestão pública é o conhecimento sobre as práticas culturais no espaço social, a identificação de demandas e carências. As informações para a gestão política de um sistema nacional de cultura não existem, o que dificulta a formação de uma política articulada e coerente. A construção de um plano nacional de cultura necessita de pesquisas, diagnósticos, levantamentos estatísticos, sistemáticos que orientem as ações. Sem o conhecimento necessário e oportuno, o que o gestor pode fazer é atender às demandas de forma pontual, com o uso de um ou outro critério, mas sempre passível de discontinuidades quando das mudanças nas lideranças políticas.

Com isso demonstra-se que existem possibilidades, a exemplo das ações do coletivo CC&C, e que embora os investimentos públicos possam não ser suficientes, produtores independentes devem realizar e estão realizando, seja por meio de ações coletivas ou individuais, fomentados por leis de incentivos, editais ou pela iniciativa privada. O que importa é que a cultura audiovisual conquiste seu espaço.

O APL Audiovisual de Natal é formado basicamente por diversos realizadores de audiovisuais autorais, ou seja, documentários ou obras de ficção, experimentais ou de animação, obras revestidas de caráter cultural, em contraposição àquelas de caráter publicitário, institucional ou políticos. São realizadores independentes, atuando em coletivos ou em produtoras, mas que também produzem audiovisuais encomendados com o fim de aumentar as vendas de um produto, obter mais votos para um candidato ou divulgar uma instituição - afinal ainda precisam de uma sustentação financeira. Porém, ou estão interessados na diversificação de atuação ou desejam atuar exclusivamente na concepção de uma obra de autor, cultural, desde que sustentada pelo mercado da economia criativa.

O aglomerado criativo produz uma variedade de produtos e serviços que convergem para o eixo cultural. Nesse sentido, a ideia é gerar desenvolvimento com aprendizagem, aumentar a competitividade através da colaboração, e consolidar as características da economia criativa afirmando o aspecto complexo e semiótico desse segmento.

Reconhecimento e valorização da iniciativa local, com sua diversidade de necessidades, expectativas e capacidades de realização, são fundamentais para estimular a constituição do plano de desenvolvimento do APL e da atividade audiovisual autoral na região de Natal.

A visão de futuro do APL Audiovisual é fomentar o setor nos seguintes aspectos:

- \* Organizar o APL de economia criativa do audiovisual autoral;
- \* Ampliar a divulgação dos produtos (documentários, curtas de ficção, programas de TV);
- \* Acessar a novas tecnologias;
- \* Formar técnicos no segmento de audiovisual;
- \* Consolidar o mercado, fomentando rede de comercialização e distribuição;
- \* Valorizar a cultura no Rio Grande do Norte, através dos produtos gerados pelo APL;
- \* Consolidar o audiovisual como atividade econômica do estado;
- \* Quando possível, promover a inclusão de grupos sociais de vulnerabilidade.

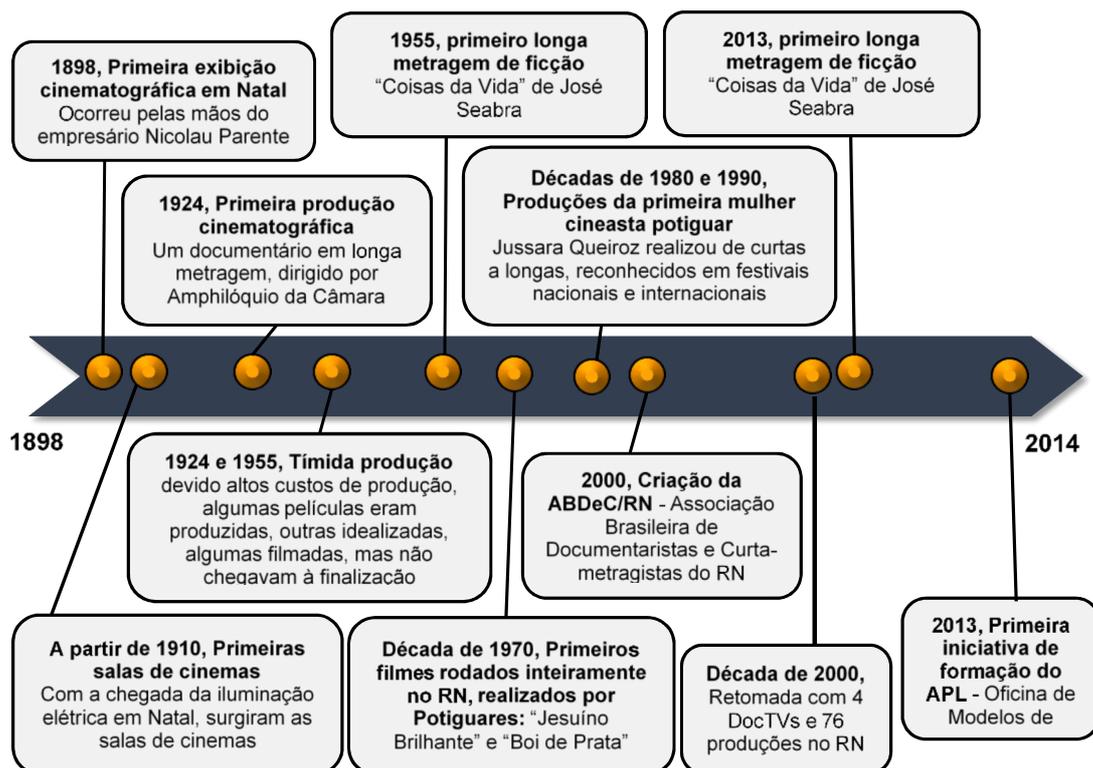
<b>APL DE AUDIOVISUAL DO RIO GRANDE DO NORTE – DADOS BÁSICOS</b>	
Núcleo estadual	Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Rio Grande do Norte
Instituição Coordenadora	Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-metragistas do Rio Grande do Norte (ABDeC)
Setor produtivo	Audiovisual
Principais produtos	Documentários; Curtas de ficção; Programa de TV; Capacitação; Serviços Técnicos Especializados
Número de empreendimentos	80 (estimativa)
Empregos gerados	150 (estimativa)
Municípios integrantes	Natal
Estado de origem	Rio Grande do Norte

Ano de oficialização do APL	2013
População da região	803.739 habitantes
Área total (km <sup>2</sup> )	167,26 km <sup>2</sup>
PIB da região (R\$)	R\$ 12,27 bilhões



## 1.2. Histórico do APL

A figura a seguir resume os principais pontos do histórico do audiovisual local e do APL:



Para compreender o contexto histórico da produção cinematográfica no Rio Grande do Norte, numa tentativa de recuperar parte da memória audiovisual potiguar, apoiou-se na única literatura existente sobre o tema, o livro do escritor potiguar Anchieta Fernandes, "Écran Natalense" (2007), e em alguns trabalhos acadêmicos que investigaram o assunto.

Segundo Anchieta Fernandes, de certa forma o Rio Grande do Norte pode ser considerado pioneiro na projeção cinematográfica no Brasil. A primeira exibição cinematográfica em Natal ocorreu no final do século XIX, em 1898, pelas mãos do empresário Nicolau Parente. Foi o primeiro passo para história do audiovisual potiguar. Com a chegada da iluminação elétrica na cidade, a partir de 1910, surgiram as salas de cinemas na capital. As principais foram: Polytheama (1911), Phaté Cinema (1913), Royal Cinema (1913), Cine São Pedro (1930), Cine Rex (1936), Cinema São Luiz (1946), Cine do Alecrim (1947), Cine RioGrande (1949), Cine Nordeste (1958).

Do ponto de vista da produção cinematográfica realizada em solo potiguar e por potiguares, uma reportagem do jornal "A República" de julho de 1924 indica que o primeiro trabalho audiovisual foi uma película em longa metragem no formato de documentário, financiado pelo então governador José Augusto (1924-1927), dirigido pelo potiguar Amphilóquio Carlos Soares da Câmara. O filme mostrava o cotidiano e as características econômicas de diversas regiões do estado. A produção foi titulada Cine-jornal do Rio Grande do Norte.



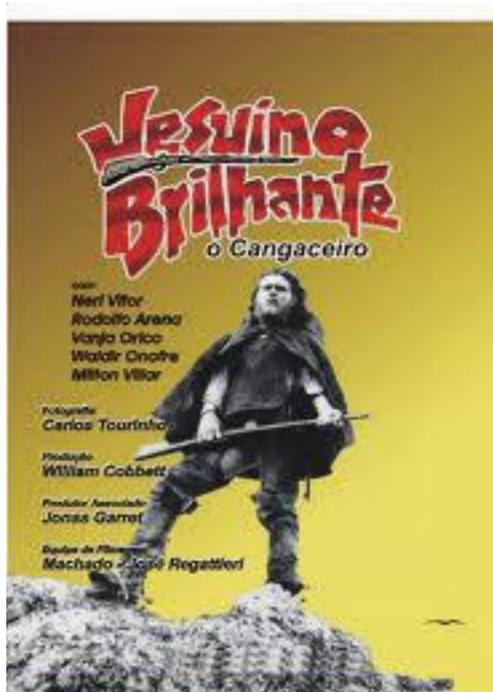
Página de jornal da época falando sobre o filme Cine-Jornal



Cartaz anunciando a exibição de filme nos cinemas da cidade do Natal

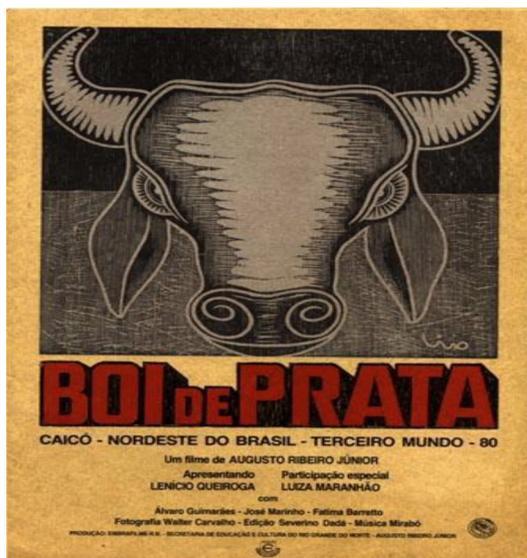
Ainda de acordo com Anchieta Fernandes, na década de 1920, mais precisamente em 1924, aconteceu a estreia da película Retribuição, produzida pela Aurora Filmes (sediada em Recife), empresa de propriedade do potiguar Gentil Roiz. No decorrer das décadas seguintes Roiz realiza, entre outros trabalhos, as películas Jurando Vingar e Aitaré da Praia (1925) considerado sua melhor obra do ponto de vista estético, chegando a ser exibido no Rio de Janeiro. Contudo, devido aos altos investimentos necessários, a cinematografia potiguar continuava tímida. Produções eram idealizadas, algumas filmadas,

mas não chegavam à finalização; assim se passaram três décadas. Somente em 1955, o cineasta José Seabra, depois de muitos atropelos, concluiu uma produção, que segundo Fernandes (2007) é “o primeiro filme de longa-metragem de ficção de produção cinematográfica norte-rio-grandense, “Coisas da Vida”, apresentado em première no Cinema Rio Grande a 10 de junho de 1955”. Finalmente na década de 1970, são rodados por completo dois filmes em solo potiguar, e realizados por potiguares. Em 1973, foi filmado nas cidades de Patu e Assu o filme em 35 mm “Jesuino Brilhante” do norte-rio-grandense William Cobbett. A película serviu de referência para dar voz à linguagem do cangaço no cinema.



Cartaz de divulgação da película Jesuino Brilhante, o Cangaceiro.

Em 1978, foi a vez de Boi de Prata, dirigido por Augusto Ribeiro Júnior, cineasta potiguar, que segundo Anchieta Fernandes, “chegou a acreditar na possibilidade da criação de um polo cinematográfico em Natal”. O longa-metragem ficcional conta a saga boiadeira, um poema visual que retrata os conflitos sociais e a cultura popular. A película foi rodada no município de Caicó, interior do Rio Grande do Norte, e contou com apoio financeiro de um convênio entre a extinta Embrafilme e o Governo estadual. Teve sua finalização e lançamento no início da década de 1980.



Cartaz de divulgação da película Boi de Prata. Fonte: [www.cinemabrasileiro.net](http://www.cinemabrasileiro.net)

Chegando às décadas de 1980 e 1990 as referências cinematográficas encontradas são as produções da cineasta potiguar Jussara Queiroz. Apesar de ter estudado e iniciado sua carreira em terras cariocas, Jussara Queiroz é destaque na história do cinema potiguar, por ter sido a primeira mulher cineasta do estado.



Foto de Jussara Queiroz, a primeira cineasta potiguar

Jussara Queiroz realizou de curtas a longas, reconhecidos em festivais nacionais e internacionais. Entre suas produções “A Árvore da Marcação” é o filme mais conhecido e traz no elenco a atriz Marcélia Cartaxo, natural da Paraíba. Formato: 35mm, Brasil, RN, 85’.



Gravação do filme A árvore de Marcação

Outras obras de relevância da cineasta potiguar são “Um Certo Meio Ambiente”, “Um Caso de Vida ou Morte”, “Fora da Ordem” e “Acredito que o Mundo será melhor” (1983), esse último um documentário que fala dos conflitos de terra em Pernambuco e na Paraíba. Em 2007, a cineasta potiguar foi tema do documentário biográfico “O voo silenciado da Jucurutu”, dirigido pelo documentarista Paulo Laguardia dentro do projeto DOCTV/2007 do Ministério da Cultura.



Foto do filme O voo silenciado da Jucurutu

Para quantificar as produções cinematográficas (curtas, longas e documentários) do estado, Pedro Augusto Soares Fiúza, em seu trabalho de conclusão do curso de Radialismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), “Guia do Cinema Potiguar” criou um banco de dados e constatou que os registros nessas fontes são em sua grande quantidade de títulos mais amadores do que profissionais. Até então, 2008, 95% do mapeado estava compreendido na última década, sobrando apenas alguns títulos das três décadas anteriores e não mais que isso, não havendo títulos das décadas de 50 a 60, por exemplo, ou até antes disso. Isto reforça o fato de que as ações de estímulo e fomento a produção estão mudando o cenário audiovisual potiguar na última década, pois demonstra que nos anos 2000 houve aumento de produções, em virtude do acesso a mecanismos de fomento.

Quantitativo das produções de filmes e vídeos no RN, por década:

- 1 produção nos anos 70: “Jesuino Brilhante o Cangaceiro”
- 1 produção nos anos 80: “Boi de Prata”
- 1 produção nos anos 90: “Entre Sonho e Carne”
- 76 produções, incluindo 4 DocTVs, nos anos 2000

Finalizando o panorama ressalta-se a colocação de Érica Conceição Silva Lima em seu trabalho de conclusão do Curso de Formação de Gestores Culturais dos estados do Nordeste - Especialização pela Fundação Joaquim Nabuco/UFPE, “Panorama do Audiovisual Potiguar (2007-2012)” que revela sua percepção sobre o atual cenário da produção audiovisual potiguar, a partir da coleta de material para o programa “Olhar Independente”, dirigido pela própria jornalista:

Nota-se um avanço considerável no número de produções nos últimos anos no estado, percebemos nas exibições do programa Olhar Independente da TV Universitária –RN, de outubro de 2008 até novembro de 2012 foram produzidos 142 programas inéditos, com a exibição de 205 curtas ao todo. Dado que pode comprovar a nova safra da

produção audiovisual no estado. No entanto, os trabalhos produzidos no estado, ainda são poucos competitivos se comparados com os demais estados do Nordeste.

O APL surgiu por iniciativa da ABDeC/RN (Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-metragistas do Rio Grande do Norte) e de seus associados, atores protagonistas do APL, os realizadores, geralmente independentes, que perceberam que uma atuação de forma colaborativa traria mais benefícios a cada participante do que atuando isoladamente. A primeira iniciativa de formação do APL ocorreu em maio de 2013, quando um grupo de realizadores participou de uma Oficina de Modelos de Negócios Criativos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RN), constituindo o que chamaram à época de “Rede de Economia Criativa do Audiovisual”. Nesta oficina, definiram-se os objetivos da Rede; iniciou-se a construção do quadro de modelo de negócios da Rede com o uso da ferramenta CANVAS (para descrever a lógica como uma organização cria, entrega e captura valor); e definiram-se as ações necessárias para alcançar os objetivos propostos, tendo em vista o quadro do Canvas.

### 1.3. Setores econômicos do APL

O APL Audiovisual de Natal é composto por atores que apresentam vocação para as atividades relacionadas ao Audiovisual Autoral, o **setor criativo nuclear** do APL.

Uma obra audiovisual é a que resulta do produto da fixação de imagens, com ou sem som, que tenham a finalidade de criar, por meio de sua reprodução, a impressão de movimento, independentemente dos processos de sua captação, do suporte usado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, da duração, bem como dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão. Consideram-se também obras audiovisuais as instalações audiovisuais, videoartes e conteúdos audiovisuais destinados às novas mídias, entre outros. A obra audiovisual é considerada autoral quando é de caráter documental, ficcional, experimental ou de animação, cujo teor não se preste a fins publicitários, institucionais ou político-partidários.

A produção audiovisual envolve, de acordo com a ANCINE - Agência Nacional do Cinema -, artistas e técnicos, as produtoras, distribuidoras e exibidoras, as emissoras e programadoras de televisão, as redes nacionais e regionais, as empresas de cenografia, figurino, maquiagem e iluminação; estúdios, fornecedores de equipamentos, finalizadas, laboratórios, instituições de ensino; os escritores, roteiristas, artistas gráficos, organizadores de mostras e festivais; empresas de promoção e divulgação, cineclubes, agências de publicidade, agentes de vendas internacionais; editoras, gravadoras, músicos, atores, desenhistas, entre dezenas de funções e instituições que compõem esse universo.

A realização audiovisual, portanto, vai além da produção. Há uma cadeia que precisa ser respeitada e, de fato, ser posta em prática. Um produto audiovisual passa por várias etapas para chegar ao consumidor final.

De uma forma sistemática, a Cadeia Produtiva do Audiovisual compreende as atividades de criação, a produção, a finalização, a distribuição, a exibição, a difusão, a conservação, a preservação, formando o patrimônio audiovisual em qualquer formato.



**Setores de Apoio** fundamentais para o desenvolvimento do setor audiovisual e/ou sustentação do APL:

TVs	Centros de Formação	Governo	Terceiro Setor
<ul style="list-style-type: none"> <li>• TVs Públicas</li> <li>• Redes regionais privadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidades</li> <li>• Escolas Técnicas</li> <li>• Escolas Particulares de Audiovisual</li> <li>• Serviços Sociais</li> <li>• Incubadoras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretarias e governo municipais</li> <li>• Secretarias e governo estaduais</li> <li>• MIDIC</li> <li>• MinC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associações</li> <li>• ONGs</li> <li>• Fundações</li> <li>• Pontos de Cultura</li> </ul>

As etapas são assim realizadas por diferentes agentes econômicos, sempre relacionados uns com os outros como elos de uma corrente. Os serviços realizados devem ter seus valores definidos, para que os profissionais envolvidos no processo possam custear as despesas e seus pró-labores:

- \* Criação: a definição do formato de obra audiovisual, ou seja, a criação intelectual original, externalizada por meio que assegure o conhecimento da autoria primária, que se caracteriza por estrutura criativa central, constituída por elementos técnicos, artísticos e econômicos, descritos de forma a possibilitar arranjos destes elementos para a realização de uma obra audiovisual. Inclui a pesquisa para a criação de roteiros e projetos originais ou adaptados como plataforma de planejamento para a realização das etapas de produção, finalização e distribuição de uma obra audiovisual em um determinado formato;
- \* Produção: atividades de elaboração, composição, constituição ou criação de conteúdos audiovisuais em qualquer meio de suporte para à realização

de uma obra audiovisual, incluindo a fase de pré-produção até a captação de imagens e sons;

- \* Finalização: todos os processos relativos à realização da obra audiovisual após a captação de imagens e sons, até a confecção de cópias para exibição;
- \* Distribuição: fase de distribuição comercial (venda / locação) ou gratuita de uma obra audiovisual (mídia física) para as salas de cinema, circuito alternativo de exibição e/ou quaisquer janelas de exibição disponíveis, incluindo-se o varejo de produtos audiovisuais, as videolocadoras, as novas mídias e novos canais de difusão de conteúdo audiovisual, podendo incluir a feitura de cópias em diversos formatos, concepção e preparação dos diferentes materiais e peças de divulgação;
- \* Exibição: a apresentação de obra audiovisual em ambiente aberto ou fechado, no qual se realize projeção, exibição ou apresentação de obra audiovisual, a partir de qualquer suporte ou meio, mediante o uso de qualquer tecnologia, em caráter público ou privado, com ou sem finalidade comercial;
- \* Difusão: a disponibilização de uma obra audiovisual garantindo acesso do público ao seu conteúdo;
- \* Conservação: as ações técnicas diretamente relacionadas a manter a integridade da obra audiovisual com vistas a perpetuar sua reprodutibilidade - desde a duplicação para qualquer formato até a projeção;
- \* Preservação: todas as ações pertinentes à perpetuação de uma obra audiovisual, incluindo os trabalhos de formar acervo, documentar, conservar e difundir, ou seja, dar acesso, inclusive à pesquisa de roteiros novos ou adaptados.

Constituem-se, assim, em um verdadeiro Patrimônio Audiovisual, estas obras audiovisuais realizadas para fins de comunicação, distribuição ao público ou de documentação, que se revistam de interesse cultural relevante, sendo produções cinematográficas, produções televisivas ou produções videográficas, e todos os documentos, textos e artefatos utilizados no processo de produção e/ou difusão das obras audiovisuais.

Os produtos e serviços que os atores protagonistas deste APL realizam ou pretendem realizar, enquanto atividades de economia criativa são, portanto: documentários; filmes de ficção em curta ou longa metragem (inclui animações, filmes experimentais, vídeos-arte); programa e séries de TV; capacitação (oficinas e atividades formativas); e serviços técnicos especializados (locação / manutenção de equipamentos). Os produtos audiovisuais são exibidos ou comercializados nas chamadas janelas de exibição (festivais, mostras, projetos especiais de exibição - Serviço Social do Comércio, SESC, e Serviço Social da Indústria, SESI - cineclubes e salas de cinema e emissoras de TV). Os serviços de locação e manutenção de equipamento são realizados (comercializados) às

próprias produtoras e as capacitações aos profissionais atuantes no segmento ou ao público interessado em geral.

Quanto aos setores de apoio, é preciso definir quais instituições podem dar sustentação ao arranjo local. Sem essa informação, as políticas de desenvolvimento, em especial as do financiamento público, atuarão às cegas. É razoável pensar que as TVs públicas tenham um papel significativo, assim como os centros de formação, as redes regionais privadas e os governos estadual e municipal:

- \* TVs públicas: as TVs públicas, estimuladas e tratadas em sua especificidade, podem ser catalisadoras da produção regional e provocadoras de novos formatos, além de ser ponto de destinação inicial dos conteúdos (difusão) e porta de entrada para a rede nacional.
- \* Redes regionais privadas: as redes regionais privadas têm na associação com as iniciativas de produção local oportunidades de crescimento e diferenciação da programação (difusão).
- \* Centros de Formação: as escolas de cinema e universidades, por sua vez, o lugar por excelência da experimentação, são a peça que pode incubar empresas e projetos inovadores e capacitar os agentes para a atuação nessa economia. Incluem-se aí os serviços sociais (sistema “S”)
- \* Poder público: as secretarias e governos estaduais e municipais, de sua parte, devem integrar-se com suas instituições, técnicos e recursos financeiros ao esforço de organização do arranjo produtivo, incluindo criação de fundos para o audiovisual, leis de fomento e editais.

#### **1.4. Empresas presentes, interação e cooperação dos atores**

O APL encontra-se representado pela ABDeC/RN (Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-metragistas do Rio Grande do Norte), entidade criada desde 2000, com cerca de 80 (oitenta) associados dos diversos segmentos do Audiovisual (realizadores, roteiristas, diretores, diretores de fotografias, técnicos de iluminação, produtores, produtores executivos, cineastas entre outros).

Dentre todos os profissionais que atuam ao longo da cadeia produtiva do audiovisual, destacaremos, por serem os principais protagonistas atualmente do APL:

- \* Realizador audiovisual é o profissional que responde pela criação e direção artística de uma obra audiovisual. Quando é uma pessoa física, o realizador é chamado de independente.
- \* Produtor audiovisual é o profissional (ou empresa) que atua no gerenciamento e na administração do processo de realização de uma obra audiovisual, sendo detentor majoritário dos direitos patrimoniais sobre a

obra. Quando este profissional ou empresa não tem associação ou vínculo direto com empresas de serviços de radiodifusão de sons e imagens ou empresas de comunicação eletrônica de massa por assinatura é considerado como um produtor audiovisual independente.

Os atores protagonistas do APL são realizadores que participam da etapa de produção de audiovisuais autorais - documentários e curtas metragens, filmes de longa-metragem, programas e séries para TV, entre outros gêneros. São produtoras independentes, mas também realizadores atuando em coletivos ou em produtoras de publicidade interessadas na diversificação de atuação. Algumas destas produtoras atuam em atividades formativas, disseminando conhecimento através de cursos e oficinas e ao mesmo produzindo audiovisuais e outras atuam na locação de equipamentos. Inclui também profissionais independentes como técnicos cinematográficos; roteiristas; atores tele cinematográficos, incluindo os de teatro e cinegrafistas.

	ATORES ENVOLVIDOS	DESCRIÇÃO	
1	A Cidade em cena – projeto de extensão do curso de Arquitetura.	Exibição - Cineclube	
2	A V Varela Souza ME	Produção – Produtora independente	
3	America Latina no Cinema – Curso de Ciências Sociais;	Exibição - Cineclube	
4	Andreevic Bezerra de Lima – ME	Produção – Produtora independente	
5	Ass. Cultural Cajupiranga	Exibição – Associação Cultural	
6	Beta Pro	Produção – Produtora independente	
7	Boom Audiovisual – UFRN	Exibição - Mostra	
8	Caboré Audiovisual;	Produção - Coletivo	
9	Camafeu.	Produção - Coletivo	
10	Caminhos, Comunicação & Cultura;	Produção - Coletivo	
11	Casa Praia Filmes Ltda	Produção – Produtora independente	
12	Casu Filmes Produções Audiovisuais e Entretenimento Ltda ME	Produção – Produtora independente	
13	Cine CCSA;	Exibição - Cineclube	
14	Cine clube ABDeC-RN;	Exibição - Cineclube	
15	Cine Sesi Cultural	Exibição	
16	Cineclube Natal	Exibição - Cineclube	
17	Cinema para todos - ITEC-	Ponto de Cultura	

	RN;		
18	Coletivo Espantalho	Produção - Coletivo	
19	Curta Mossoró - coletivo CC&C;	Exibição - Mostra	
20	Dênia de Fatima Cruz Scaff - ME	Produção – Produtora independente	
21	Eita Filmes	Produção – Produtora independente	
22	Espantalho	Produção - Coletivo	
23	Festival de Cinema de São Miguel do Gostoso;	Exibição - Festival	
24	FestNatal;	Exibição - Festival	
25	Filmart Filmagens		
26	FINC- Festival Internacional de Cinema de Baía Formosa;	Exibição - Festival	
27	Galeria Zoon de Fotografia	Escola	
28	Goiamum Audiovisual;	Exibição - Festival	
29	Grupo Gremi	Produção – Produtora independente	
30	Ícone Studios	Distribuição	
31	Instituto Cultural e Audiovisual Potiguar	Exibição - Instituto Cultural	
32	Justino Batista Pereira Neto	Produção – Produtora independente	
33	Luiz Antonio Dias Borges		
34	Mercado da Foto	Formação - Galeria e escola de fotografia e audiovisual;	
35	Mossoró Audiovisual - coletivo CC&C;	Exibição - Mostra	
36	Movaci	ONG	
37	Natal - 29 salas em 4 shoppings	Exibição – Salas de cinema	
38	NPD – Núcleo de Produção Digital	Formação – projeto do MINC;	
39	Núcleo Coletivo Caboré	Produção - Coletivo	
40	ONG Navima	ONG	
41	Pescadores de pérolas – Decom;	Exibição - Cineclube	
42	Ponto BR Produções	Produção - Coletivo	
43	Praieira filmes;	Produção – Produtora independente	
44	Prisma Filmes	Produção – Produtora independente	
45	Produtora Eita Filmes	Produção – Produtora independente	

46	Sagi Cine;	Exibição - Festival	
47	SEDA Audiovisual – Semana do Audiovisual;	Exibição - Mostra	
48	Selo Mudemagem	Distribuição	
49	Sesc Cine	Exibição	
50	Set Box;	Produção – Produtora independente	
51	Studio AR	Produção – Produtora independente	
52	UFRN	Formação - Universidades: Curso de Radialismo	
53	UNP	Formação - Universidades: Curso de Cinema	
54	Zoom	ONG	
55	Vinícola	Produção – Produtor independente	

Outros serviços (ou atividades profissionais) ligados à atividade principal (produção audiovisual autoral) ainda não participam do APL, porém têm potencial de participar: cias de teatro, cenografia, figurino, artes visuais, sonoplastas, preparadores de elenco, distribuidores, janelas de exibição (mostras, festivais, cineclubes, televisão) e organizadores de mostras cinematográficas e festivais. É considerado moderado o grau de articulação com as produtoras, haja vista que ainda há produtoras locais candidatas a participarem do APL. Em relação às janelas de exibição, o APL possui forte grau de articulação com os cineclubes e organizadores de Mostras e Festivais, porém fraco com as emissoras de TV. A interação das empresas ou indivíduos do arranjo com as instituições públicas ainda é incipiente, porém sendo estimulada.

Dentre estas, o Sebrae, a Fundação Cultural Capitania das Artes (Funcarte) e a Incubadora RN Criativo são as que têm participado mais ativamente. As demais teriam potencial de participar.

### 1.5. Governança do APL

A Governança do APL é exercida pela Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-metragistas do Rio Grande do Norte (ABDeC), atuando como catalisadora do processo de desenvolvimento do audiovisual local por meio de ações de fomento à competitividade e de promoção do conjunto de empresas (formais ou informais) que compõem o APL do Audiovisual.

As decisões são todas tomadas em conjunto pelo grupo, durante reuniões frequentes realizadas pelos membros da ABDeC.

O grupo possui um grupo de e-mail (fórum audiovisual), um grupo do Whatsapp, e foi criado um grupo fechado no facebook de caráter informativo e disseminador dos objetivos do APL e onde é tratada a maioria dos assuntos. Neste grupo são demandadas as necessidades de decisão e voto. As reuniões

são agendadas em função de demandas específicas para discussão com presença física. Há o registro em atas e as trocas de e-mails arquivadas.

A governança é definida através da divisão das atuações em grupos temáticos para que sejam direcionadas as ações propostas.

Há um regimento interno da ABDeC, porém ainda não existe uma definição de responsabilidades, obrigações e consequências relativas à governança.

A governança ficou assim definida:

- \* Presidente: Ruy Rocha
- \* Vice-Presidente: a definir

A proposição, definida mais adiante em uma ação, é de se criar um Comitê Gestor responsável pela coordenação das ações e identificação de novas demandas. O Comitê será composto por coordenadores de grupos temáticos divididos em função das demandas iniciais e que poderão ser revisados ao longo da estruturação do APL:

- \* Grupo político de parcerias e Relação com Agentes Públicos
- \* Grupo de Parcerias e Relação com Parceiros Privados (TVs, redes de cinema, etc.)
- \* Grupo de Comunicação e Marketing: Coordenadora Dênia Cruz Scaff
- \* Grupo de Estruturação do APL
- \* Grupo de Gestão Financeira / Captação de Recursos / Projetos
- Grupo de Levantamento de Dados Estatísticos

As entidades que apoiam o APL têm participação de acompanhamento das ações do APL. Ainda é tímida a articulação entre o APL e as instituições de apoio. As instituições participam das reuniões de governança, disponibilizam espaço, apoiam projetos pontuais, mais esta relação precisa ser mais bem explorada.

As entidades parceiras do APL estão relacionadas a seguir:

- Escritório Criativo da Fundação José Augusto (FJA) – ligado à Secretaria de Cultura do Estado
- Fundação Capitania das Artes – FUNCARTE – ligada à Secretaria de Cultura do Município
- Secretaria de Cultura do Município – SECULT-Natal
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC)
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (SEBRAE/RN)
- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
- Universidade Potiguar (UNP)
- Serviço Social do Comércio (SESC)
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)
- Instituto Federal de Ciência e Tecnologia (IFRN),
- Gracom
- Incubadora RN Criativo

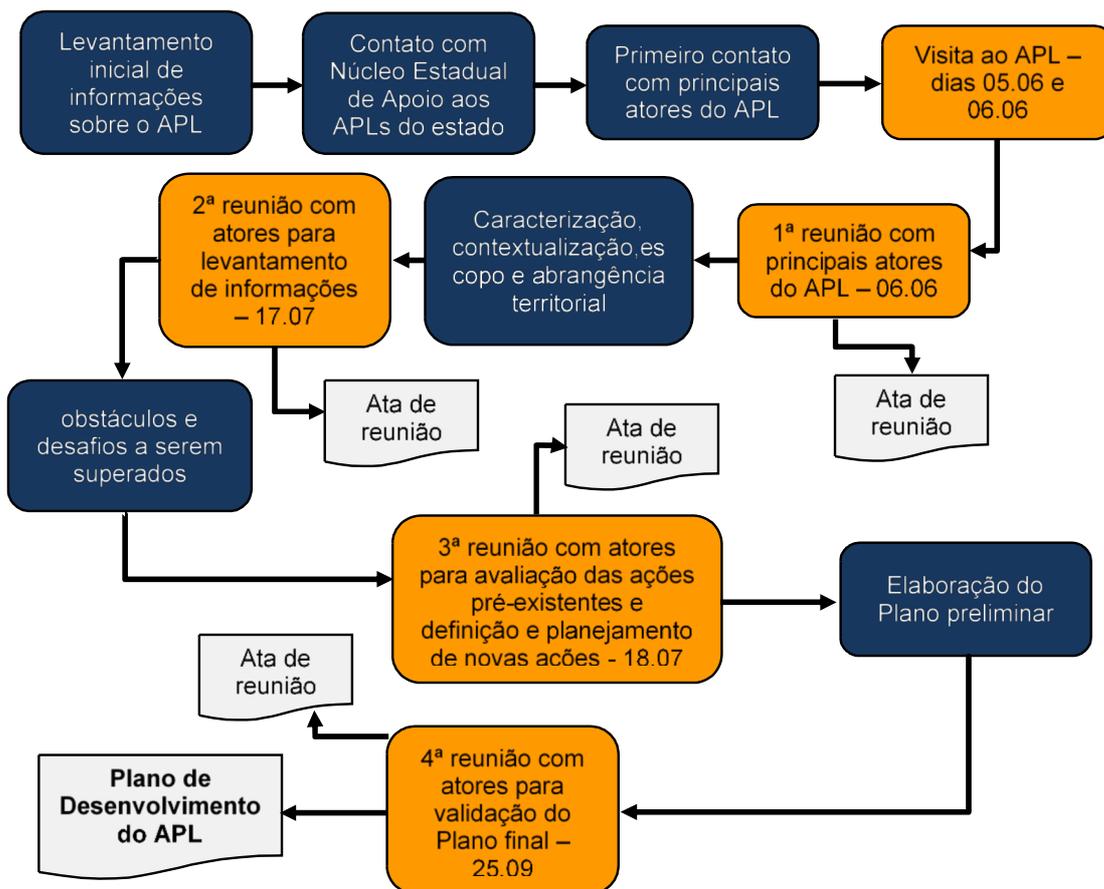
## 2. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO

O objetivo da ABDeC/RN ao liderar o processo de construção do APL de Audiovisual sempre foi abranger os 4 polos de produção existentes no estado do Rio Grande Norte: Natal, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros. No entanto, ao se iniciarem os trabalhos para a construção do Plano de Desenvolvimento, observou-se que dadas as distâncias dessas cidades, descaracterizando de certa forma o conceito de concentração territorial do APL, atrelado ao seu estágio atual, ou seja, em aprofundamento das demais variáveis de caracterização, como participação de importantes elos da cadeia, colaboração, apoio público e instituição da governança, decidiu-se, em comum acordo com a Associação, por delimitar geograficamente o APL à região de Natal. Pelo menos em um primeiro momento.

Antes das primeiras reuniões contatou-se o Sr. Ruy Rocha, presidente da ABDeC/RN para os agendamentos de reuniões necessários. As reuniões individuais de diagnósticos ocorreram nos dias 05 e 06 de Junho. No dia 06 de junho realizou-se uma reunião coletiva na UFRN para troca de informações fundamentais de contextualização e caracterização do APL, quando também redefiniu-se o escopo e a abrangência territorial do APL assim como iniciou-se ampla discussão sobre a situação atual do arranjo, sobretudo quanto aos seus pontos fortes e oportunidades de atuação. Mesmo após estas reuniões ocorreram várias interações entre o grupo e o Consultor. No dia 17 de julho a reunião coletiva ocorreu na sede da Sebrae/RN e tratou de pontuar os obstáculos e desafios a serem superados, A reunião do dia 18 de Julho ocorreu no mesmo local e o objetivo foi avaliar o andamento das ações pré-existente, bem como definir e planejar novas ações para o APL. No dia 25 de setembro, após continuada interação entre o consultor e os participantes da gestão do APL, realizou-se mais uma reunião coletiva na sede do Sebrae/RN, no intuito de definir os responsáveis pela execução das ações, traçar a governança do APL e validar o Plano final.

As reuniões coletivas de construção do Plano de Desenvolvimento tiveram ampla participação dos atores protagonistas do APL, ou seja, os realizadores e os produtores audiovisuais independentes. Dentre os setores de apoio, fundamentais para a sustentação do APL, estava representado somente o SEBRAE local, a Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e a Incubadora RN Criativo (Criativa Birô). Já as TVs públicas, as redes de TVs regionais privadas, os cinemas e cineclubes (exibição) e outros centros de formação, como universidades, não estavam representados – embora tenham sido convidados a participar.

A seguir apresenta-se o Macro Fluxograma do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento do APL:



Legenda:

- Atividades desenvolvidas remotamente
- Atividades “in loco”
- Documentos Gerados

O Plano de Desenvolvimento foi elaborado de forma colaborativa, contando com diversas interações entre o agente animador e os agentes locais, de modo a garantir aderência do Plano às necessidades do APL e suas especificidades regionais e locais.

### 3. SITUAÇÃO ATUAL, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

De forma a apresentar o panorama mais atual do audiovisual no estado, apoiou-se primeiramente em diversas entrevistas individuais realizadas entre set/2012 e dez/2013 com pessoas que contribuíram ou contribuem para o audiovisual no estado. As entrevistas foram realizadas por Dênia de Fátima Cruz Sckaff, produtora audiovisual, participante do APL Audiovisual pela Incubadora RN Criativo, onde é Assessora de Comunicação e Marketing e pela ABDeC-RN onde é Diretora, para compor a sua dissertação de mestrado pela UFRN “Semeando a cultura audiovisual no Rio Grande do Norte” (2014). A seguir, um quadro que destaca falas relevantes dentre os depoimentos coletados, que contextualizam o panorama do audiovisual potiguar:

<b>Nome do Realizador</b> a. Atuação audiovisual b. Projeto vinculado	<b>Depoimentos - Data</b>
<b>Geraldo Cavalcanti</b> a. Documentarista b. Coletivo CC&C	Saberes e os viveres das comunidades. As ações independentes estão provocando as políticas públicas. Out/2012
<b>Buca Dantas</b> a. Cineasta b. Cinema Processo	O Festival Sagicine <sup>1</sup> foi um ponto de mutação para projetos e planos de ação no RN; Tem que se ter uma atitude empreendedora para produção audiovisual. Forçar o governo a fornecer recursos para o audiovisual. E melhorar a qualidade amplia a produção. Out/2012
<b>Josenilton Tavares</b> a. Produtor Cultural b. ABDeC-RN	A cena independente no RN começou sem ação de políticas públicas; As deficiências das políticas públicas estão na gestão, pois acontecem sem diagnóstico, sem planejamento; Hoje as políticas públicas do governo federal estão mais claras. O MINC tem bandeira sociológica e ideológica. As leis são importantes instrumentos de fomento pra projetos e realizações; Tem que dar condições para a cena caminhar; As oficinas estão mudando as práticas do audiovisual no RN, mas há falhas porque as oficinas precisam ser continuadas para formação mais efetiva; ter equipamentos disponíveis para produção, salas de exibição, oficineiros mais preparados . Out/2012
<b>Pedro Fiúza</b> a. Cineclubista b. Cineclubes Natal	A retomada da produção no RN aconteceu por meio da produção e exibição, pois a facilidade da tecnologia atual está auxiliando a produção. Out/2012

<sup>1</sup> Festival Sagicine aconteceu em outubro de 2012, na praia de Sagi, município de Baía Formosa/RN.

<p><b>Keila Sena</b> a. Produtora audiovisual b. Goiamum Audiovisual</p>	<p>Os projetos de capacitação são fundamentais para o mercado saber fazer tecnicamente o cinema; Acredito que é possível ter um mercado de cinema no RN. Temos um potencial para o cenário. Nov/2012</p>
<p><b>Erica Lima</b> a. Produtora audiovisual b. Programa Olhar Independente e CC&amp;C</p>	<p>Os cursos de Radialismo da UFRN e UERN deram um ganho na produção e a na valorização do audiovisual no RN; Políticas locais não existem, o que existem são ações isoladas; Desconheço benefícios de editais da ANCINE que tenham contemplados projetos do RN, pois é difícil o acesso ao fomento nacional. Nov/2012</p>
<p><b>Fabio Dsilva</b> a. Cineasta b. DOC TV 2008 e Curso Cinema da UNP</p>	<p>Depois do filme “Boi de prata” houve um hiato de mais 20 anos na história da produção de cinema do RN; A retomada foi nos anos 2000 com os quatro DOCTVs realizados no RN; Para mudanças no cenário tem que haver união dos produtores, realizadores para cobrar fomento público e privado; O cinema autoral e independente para existir precisa de fomento público; Os oficinairos precisam se qualificar, ver filmes, conhecer novas tecnologias, fundamentar a prática, estudar. Nov/2012</p>
<p><b>Carlos Tourinho</b> a. DOC TV 2008 e Curso Cinema da UNP b. ITEC</p>	<p>Fomento público é essencial para produção, porque no Brasil não há cinema independente com recursos para produzir. Dez/2012</p>
<p><b>Itamar Nobre</b> a. Ativista cultural e professor da UFRN b. TV Garrancho (anos 90) e Decom UFRN</p>	<p>Hoje o audiovisual é um movimento cultural. Antes se fazia vídeo ativismo. São produções personalizadas, voltadas a realização de projetos culturais, não há mais militância política; Na época da TV Garrancho era a vez dos outros, atores sociais que falava pelos outros. Agora ficam algumas questões: Qual é a devolutiva que os produtores trazem para a sociedade? O que a sociedade civil ganha com isso? Dez/2012</p>
<p><b>Carito Cavalcanti</b> a. Videomaker</p>	<p>Agora que está se organizando o audiovisual do passado e do presente. Não é tão fácil visualizar o panorama do audiovisual potiguar, pois tem muita coisa que não conhecemos. Apesar de ter começado há tempos ainda está engatinhando; Há um abismo muito grande com relação as políticas públicas do RN para com PB e PE;</p>

	<p>Os produtores têm capacidade, mas as políticas públicas deixam a desejar. Está longe de o realizador sobreviver da sua arte;                  Ponto importante: não se deve esquecer que cinema é linguagem em movimento. Tem que ter a investigação da linguagem.                  Dez/2013</p>
--	---

Identificam-se nos depoimentos dos entrevistados informações comuns e bastante relevantes no que se refere à construção da cultura audiovisual potiguar:

- \* Faltam políticas públicas para o audiovisual no RN;
- \* Avanço tecnológico dos equipamentos colaborou para o aumento das produções audiovisuais;
- \* Para melhorar a qualidade das produções, são necessárias formação e capacitação permanente dos realizadores;
- \* Há diversas ações coletivas em destaque no RN: Caminhos, Comunicação & Cultura, Caboré, Nós na Tela.

De acordo com os depoimentos coletados, além dos pontos elencados acima, percebe-se que os entrevistados concordam num ponto: a cinematografia potiguar historicamente teve baixas e a produção audiovisual do estado está em processo de ampliação da década de 2000 para cá.

Frente aos dados aqui confrontados avalia-se que a produção audiovisual do Rio Grande do Norte está em constante processo de renovação, apesar dos inúmeros fatores que impedem seu avanço substancial, principalmente pela ausência de políticas públicas efetivas e permanentes que subsidiem o setor do audiovisual. Contudo, todo panorama aqui revelado também mostra que a vontade de produzir é maior que os obstáculos e, apesar das dificuldades, os produtores audiovisuais, estudantes e ativistas culturais buscam alternativas para concretizar suas produções audiovisuais colocando-as em prática.

O APL foi recém-criado, porém já há uma formalização concreta de governança e responsabilidades, já existindo também uma definição de algumas instituições que apoiam o Arranjo, além de um objetivo muito claro da razão de existência e forte participação de todos os envolvidos.

O quadro a seguir sintetiza o diagnóstico da situação atual do APL Audiovisual. Os elementos são caracterizados pelas dimensões:

- \* **PONTOS FORTES:** correspondem às vantagens internas e diferenciais do arranjo produtivo ou dos setores em que os empreendimentos estão inseridos;
- \* **OBSTÁCULOS E AMEAÇAS:** referem-se aos pontos externos ao arranjo produtivo e aos setores que o compõem desfavoráveis ou que apresentam condições com algum grau de adversidade. Correspondem ao contexto sócio-econômico-político local, premissas do trabalho

executado e outros fatores externos que necessitam de alternativas de contorno ou mitigação de riscos para o desenvolvimento do APL;

- \* **DESAFIOS:** referem-se aos pontos de dificuldades internas do arranjo ou peculiares dos setores que o compõem, os quais devem ser corrigidos, reduzidos ou prevenidos;
- \* **OPORTUNIDADES:** são as potencialidades que o arranjo e/ou os setores nele inseridos têm e deveriam aproveitar para o seu desenvolvimento futuro, seja em questões socioeconômicas e culturais, competitividade e qualidade, inovação, qualificação da mão-de-obra, adensamento da cadeia produtiva, entre outras.

<p><b>PONTOS FORTES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Estado com grandes potencialidades para a produção audiovisual</li> <li>* Grande concentração de profissionais</li> <li>* Integração com pessoal da música e teatro</li> <li>* Forte articulação com cineclubes</li> </ul>	<p><b>OBSTÁCULOS E AMEAÇAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Baixa organização política da classe</li> <li>* Baixo comprometimento das empresas de comunicação</li> <li>* Baixo estímulo para a produção independente e para a divulgação da diversidade cultural, apesar de previsto na Constituição Federal</li> <li>* Necessidade de maior participação de atores importantes para a sustentação do APL</li> <li>* Pouca disponibilidade de crédito para produtoras e locadoras de equipamentos</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Existência de diversos cursos na região</li> <li>* Existência de vários festivais na região</li> <li>* Existência de Leis de incentivo locais</li> <li>* Existência de Edital municipal - Cine Natal</li> <li>* Existência de uma Criativa Birô</li> <li>* Cotas de exibição obrigatória para o conteúdo nacional e independente (Lei N°12.485)</li> </ul>	<p><b>DESAFIOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Melhorar a formação e capacitação dos atores locais e empreendedores</li> <li>* Baixa integração com escolas e entidades relacionadas ao turismo</li> <li>* Carência em gestão de negócios do setor</li> <li>* Subutilização de incentivos fiscais à cultura audiovisual por parte dos empreendimentos</li> <li>* Baixa participação das obras independentes na programação</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>* Elevação da Condecine – mecanismo de financiamento de produtoras de conteúdo audiovisual (Lei N°12.485)</li> <li>* Produção autoral como complemento de portfólio à produção publicitária</li> <li>* O MEC (PDE) destina recursos para produção audiovisual pedagógica</li> <li>* Criação de Cineclubes</li> <li>* Criação de Núcleo de Produção Audiovisual e de Arte, Tecnologia e Inovação</li> <li>* Desenvolvimento de atividades de arte e cultura no ensino básico</li> </ul>	<p>televisiva</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Baixa qualificação de atores de teatro e músicos</li> <li>* Dificuldade para formação de público</li> <li>* Baixo aproveitamento da identidade local</li> <li>* Ausência de espaços nas TVs</li> </ul>
---	---

### 3.1. Pontos fortes

- \* Estado com grandes potencialidades para a produção audiovisual: sol, luminosidade e clima favoráveis, cultura local rica em temáticas, do sertão ao litoral, e muita diversidade de ambientes para locação: praias, mar, areia, dunas, florestas, sertão, desertos, escarpas, falésias e até neve é possível de se representar com as salinas de Mossoró.
- \* Grande concentração de profissionais: O APL Audiovisual apresenta uma grande concentração de realizadores, profissionais do setor de audiovisual e estudantes amantes da “produção autoral”.
- \* Integração com pessoal da música e teatro: Há uma forte integração do APL com profissionais da música e do teatro, possibilitando uma oferta de atores capacitados. O setor teatral em Natal é bastante fortalecido, com diversos grupos premiados.
- \* Articulação com cineclubes: Existe um forte grau de articulação com os cineclubes locais.

### 3.2. Obstáculos e ameaças

- \* Baixa organização política da classe: organização e articulação políticas são fundamentais para se ampliar os debates para a construção de

políticas públicas estaduais e municipais para o fomento e desenvolvimento da economia criativa do audiovisual.

- \* Baixo comprometimento das empresas de comunicação: ainda é baixo o comprometimento das empresas de comunicação na promoção da cultura nacional e regional.
- \* Baixo estímulo para a produção independente e para a divulgação da diversidade cultural, apesar de previsto na Constituição Federal.
- \* Necessidade de maior participação de atores importantes para a sustentação do APL: Deve-se inserir ou ampliar a participação no APL de instituições importantes para a sua sustentação como as TVs públicas, as redes regionais privadas, as escolas de cinema, e os governos estaduais e municipais. Dentre estes, somente a Secretaria de Desenvolvimento Econômico participou de reuniões coletivas. O Núcleo Estadual de Apoio aos APLs encontra-se desarticulado.
- \* Pouca disponibilidade de crédito para produtoras e locadoras de equipamentos: os empreendimentos culturais têm dificuldade em angariar recursos para investir em bens de capital e tecnologia para as produtoras e locadoras de serviços e equipamentos. Os modelos de avaliação dos bancos, pautados em faturamento e ativos como garantia, não permitem a concessão de crédito para grande parte dos integrantes do arranjo.

### 3.3. Oportunidades

- \* Existência de diversos cursos na região: Cursos criados de 15 anos para cá, como RadioTV (UFRN e UERN), Cinema (UNP), Produção Cultural (IFRN), Técnicos diversos no setor (Gracom, Sesc, IFRN), pós em cinema (UFRN) abastece este mercado com muitos profissionais a cada ano.
- \* Existência de vários festivais na região: exercem papel de divulgação da produção autoral (Goiamum, FINC – Barra Formosa, de São Miguel do Gostoso, Guerrilha da Fronteira, Festival Ancorá – Cerro Corá).
- \* Existência de Leis de incentivo locais: Leis estadual – Câmara Cascudo – e municipal – Djalma Maranhão.
- \* Existência de Edital municipal - Cine Natal: Em Natal anualmente é publicado pela Fundação Cultural Capitania das Artes – FUNCARTE um edital municipal - Cine Natal com a finalidade de selecionar e premiar projetos voltados ao segmento cultural audiovisual em duas (2) categorias: 1. Roteiros e storyboards inéditos com vistas à produção de curtas-metragens nos gêneros de ficção, documentário, animação; e 2. Apoio à realização de festivais independentes no campo do audiovisual.

- \* Existência de uma Criativa Birô: Em maio de 2014 foi inaugurada no estado a Incubadora RN Criativo, cujas finalidades são o apoio na assistência jurídica, gestão, marketing e auxílio na solicitação de linhas de crédito do Banco do Brasil e Caixa Econômica aos empreendimentos criativos, incluindo os relacionados ao audiovisual autoral.
- \* Cotas de exibição obrigatória para o conteúdo nacional e independente: Ainda é baixa a regulamentação e a implantação dos instrumentos regulatórios previstos pela Lei Nº 12.485. O maior impacto desta Lei é em relação à produção audiovisual nacional, pois foram estabelecidas cotas de exibição obrigatória para o conteúdo nacional e independente, que aumentarão a demanda de produção audiovisual dinamizando toda a cadeia produtiva.
- \* Elevação da Condecine – mecanismo de financiamento de produtoras de conteúdo audiovisual: Outro impacto previsto pela aplicação da Lei Nº 12.485 é a elevação da arrecadação da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) para financiar o aumento diário de aproximadamente vinte minutos em cada canal de conteúdo qualificado da produção nacional, requerido para os próximos dois anos. A Condecine será destinada a produtoras do Norte e do Nordeste (30%); a produtoras independentes (10%); e a outras produtoras nacionais (60%). Assim, será possível estimular a multiplicação e o fortalecimento das empresas produtoras e programadoras nacionais independentes.
- \* Produção autoral como complemento de portfólio à produção publicitária: Muitas produtoras do mercado de produção publicitária têm interesse na produção autoral, como alternativa de diversificação, considerando a sazonalidade existente no mercado publicitário, pois de novembro a março há uma baixa demanda pelo mercado.
- \* O MEC (PDE) destina recursos para produção audiovisual pedagógica.
- \* Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual da Ancine: deve-se ampliar a integração do APL com instituições importantes para a sua sustentação (TVs públicas, redes regionais privadas, escolas de cinema, e os governos estaduais e municipais).
- \* Criação de Cineclubes: deve-se qualificar pessoas para criar e conduzir Cineclubes, item contemplado na Meta 30 do Plano Nacional da Cultura. Os cineclubes são espaços que exibem filmes brasileiros e estrangeiros sem fins comerciais e que promovem palestras, discussões e debates sobre o que é apresentado. O programa Cine Mais Cultura, do Ministério da Cultura (MinC), realiza oficinas de formação com agentes e técnicos, oferece equipamentos audiovisuais de projeção digital e obras brasileiras aos cineclubes. O objetivo é ampliar o acesso às produções recentes e aos filmes que estão fora do circuito de exibição e também promover oficinas de capacitação, que atendam prioritariamente aos bairros periféricos das cidades brasileiras. Os cineclubes podem

estimular a formação de público e democratizar o acesso à produção artística e audiovisual.

- \* Criação de Núcleo de Produção Audiovisual e de Arte, Tecnologia e Inovação: itens contemplados na Meta 43 do Plano Nacional da Cultura, deve-se buscar a criação de Núcleo de Produção Audiovisual Independente e Núcleo de Arte, Tecnologia e Inovação. Um Núcleo de Produção Audiovisual desenvolve oficinas e cursos de formação e aperfeiçoamento para técnicos e produtores, e estimula o surgimento de novos talentos. O objetivo desse núcleo é promover a produção audiovisual independente na região em que está inserido. Já um Núcleo de Arte, Tecnologia e Inovação, também conhecido como Laboratório de Arte, Inovação e Tecnologia, oferece apoio a pesquisas, a intercâmbios e a experimentações de artistas e criadores que exploram novas mídias e tecnologias. O objetivo desse núcleo é oferecer ambientes com infraestrutura tecnológica de ponta e que funcionem em rede, para promover interligações entre pessoas e softwares e produzir obras de cinema interativo, esculturas robóticas e colagens de obras digitais, entre outros tipos de criação. Para a criação destes Núcleos são necessárias parcerias com governos locais, TVs públicas, produtores independentes e instituições da área social e cultural.
- \* Desenvolvimento de atividades de arte e cultura no ensino básico: São itens presentes na Meta 14 do Plano Nacional da Cultura o desenvolvimento permanentemente de atividades de arte e cultura – audiovisual - em escolas públicas de Educação Básica, em horário complementar ao turno escolar, através de aulas de produção audiovisual às crianças, por exemplo. Uma ação específica do MinC para realizar esta meta é: programa Mais Cultura nas Escolas. Esta ação promoverá o encontro entre o projeto pedagógico de escolas públicas e experiências culturais e artísticas da comunidade local.

### 3.4. Desafios

- \* Melhorar a formação e capacitação dos atores locais e empreendedores: Apesar de ampliada a oferta de formação nestes últimos anos, ainda há demandas por cursos e outras atividades formativas, como cursos em roteiro, produção executiva, sonoplastia, cenografia, montagem, preparação de elenco.
- \* Baixa integração com escolas e entidades relacionadas ao turismo: estes setores são comumente fortes demandantes de produção audiovisual.
- \* Carência em gestão de negócios do setor: Inexistem cursos de pós-graduação em gestão de negócios em audiovisual.

- \* Subutilização de incentivos fiscais à cultura audiovisual por parte dos empreendimentos: Ainda há pouca divulgação e esclarecimento aos empresários da região sobre os mecanismos existentes de incentivo fiscais à cultura audiovisual.
- \* Baixa participação das obras independentes na programação televisiva: ainda são poucos os subsídios por parte do Governo Federal para que as obras independentes não sejam ignoradas na programação televisiva. Uma alternativa seria o uso dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA.
- \* Baixa qualificação de atores de teatro e músicos: os atores de teatro e músicos não são qualificados para a linguagem cinematográfica.
- \* Dificuldade para formação de público: há deficiências na formação do público para as obras audiovisuais.
- \* Baixo aproveitamento da identidade local na produção fílmica.
- \* Ausência de espaços nas TVs para a produção local.

#### 4. RESULTADOS ESPERADOS

	RESULTADO ESPERADO	INDICADOR	OBJETIVO	PRAZO
1	Formalização do APL	* Documento de Regimento Interno;	Definição de responsabilidades para gestão e realização das ações necessárias para fortalecimento do APL.	2014
2	Maior envolvimento das instituições que apoiam o APL	* Relação de eventos, capacitações, editais e apoio nas buscas de editais;	Maior utilização dos produtos e serviços oferecidos por estas instituições com definição concreta de possibilidade de cooperação.	2015
3	Mais produções audiovisuais independentes regionais produzidos pelo APL exibidos nos canais de TV aberta e por assinatura	* % em horas exibidas nos canais da TV aberta; % nos canais da TV por assinatura	Produzidos pelo APL como um percentual de participação sobre a meta do Plano Nacional de Cultura, que é de produções audiovisuais independentes nacionais (25% nos canais da TV aberta; 20% nos canais da TV por assinatura)	2016
4	Maior distribuição de produtos do APL nos cinemas	* Número anual de produções do APL distribuídos aos cinemas	Ampliar a distribuição nos cinemas	2105
5	Maior produção de curtas-metragens exibidos em mostras e festivais	* Número anual de curtas-metragens produzidos pelo APL exibidos em mostras e festivais	Ampliar a distribuição da produção de curtas-metragens	2015
6	Ampliar a	* Número anual de	Ampliar a	2015

	produção independente destinada à televisão	obras independentes produzidas pelo APL para a televisão	produção independente destinada à televisão	
7	Qualificar e incrementar a formação de profissionais de nível técnico para a atividade audiovisual	* Número de técnicos em audiovisual formados anualmente * Quantidade de instituições de ensino técnico de audiovisual	Mais técnicos formados para a atividade audiovisual	2015
8	Qualificar e incrementar a formação de profissionais de nível superior para a atividade audiovisual	* Número de cursos superiores de Audiovisual * Número de profissionais formados anualmente, em nível de graduação e especialização	Mais profissionais formados para a atividade audiovisual	2015
9	Ampliar o número de instituições de ensino articuladas com o APL audiovisual	* Número de Instituições de ensino técnico ou superior articuladas com o APL de audiovisual	Mais instituições articuladas com o APL	2015
10	Implantação dos instrumentos regulatórios previstos pela Lei Nº 12.485 (Lei da TV Paga)	* Nível de implantação da cota de exibição obrigatória na TV por assinatura	Instrumentos regulatórios implantados	2015
11	Acessar a novas tecnologias	* Sem indicador	Possibilitar aos atores do APL o acesso às novas tecnologias	2015
12	Capacitação técnica de	* Número de profissionais	Profissionais mais capacitados	2015

	profissionais	capacitados anualmente	tecnicamente	
13	Maior divulgação da produção audiovisual autoral do APL	* Pesquisa	Produção audiovisual do APL mais conhecida e reconhecida	2015
14	Atuar de forma mais colaborativa	* Número de indicações e contratos fechados entre os atores a partir do Cadastro de Profissionais	Empresas e profissionais atuando de forma mais colaborativa	2015

- \* Resultado 1: Formalizar o APL através da definição de responsabilidades para a sua gestão e a realização das ações necessárias para o seu fortalecimento. Formalizar através de regimento interno;
- \* Resultado 2: Maior envolvimento das instituições que apoiam o APL, como TVs públicas, redes regionais privadas, escolas de cinema, e os governos estadual e municipal, com definição concreta de possibilidade de cooperação;
- \* Resultado 3: Aumentar a exibição de produções audiovisuais independentes regionais produzidos pelo APL nos canais de TV aberta e por assinatura, atendendo a legislação que regula o tema e fortalecendo os atores do APL;
- \* Resultado 4: Maior distribuição de produtos do APL nos cinemas. Deve-se fomentar, para tanto, esta distribuição nos cinemas locais;
- \* Resultado 5: Maior produção de curtas-metragens exibidos em mostras e festivais, meio por excelência para a divulgação da produção local;
- \* Resultado 6: Ampliar a produção independente destinada à televisão, canal de excelência para a exibição da produção do APL;
- \* Resultado 7: Qualificar e incrementar a formação de profissionais de nível técnico para a atividade audiovisual. O nível técnico é primordial para a sustentação da produção audiovisual. É necessário um incremento qualitativo e quantitativo desta formação;
- \* Resultado 8: Qualificar e incrementar a formação de profissionais de nível superior para a atividade audiovisual. Apesar do grande boom de cursos ocorridos nos últimos 15 anos, é fundamental para a

consolidação da atividade econômica no estado que se incremente e qualifique esta formação;

- \* Resultado 9: Ampliar o número de instituições de ensino articuladas com o APL audiovisual. As instituições de ensino técnicas ou de nível superior são o lugar por excelência da experimentação e a peça que pode incubar empresas e projetos inovadores e capacitar os agentes para a atuação nessa economia;
- \* Resultado 10: Implantação dos instrumentos regulatórios previstos pela Lei Nº12.485 (Lei da TV Paga) como cota de exibição obrigatória na TV por assinatura. Articular para o sucesso desta implantação é primordial para se aumentar a demanda por produtos do APL;
- \* Resultado 11: Acessar a novas tecnologias existentes no mercado resultando em produtos qualitativamente superiores e competitivos no mercado;
- \* Resultado 12: Capacitação técnica de profissionais, em um ciclo de constante aperfeiçoamento;
- \* Resultado 13: Maior divulgação da produção audiovisual autoral do APL. É preciso que a produção do APL seja conhecida e reconhecida pelo público e janelas de exibição;
- \* Resultado 14: Atuar de forma mais colaborativa. É esperado que os diferentes atores do APL atuem cada vez mais colaborativamente, minimizando os riscos da atuação individual.

## 5. INDICADORES DE RESULTADO

Os indicadores de resultado abaixo serão as ferramentas utilizadas para acompanhamento, gestão e avaliação do Plano de Desenvolvimento ao longo do tempo:

### Resultado 1:

- \* Realizar no mínimo 01 reunião mensal, formalizando os assuntos tratados e participantes em atas das reuniões de governança, a partir de 2015;
- \* Elaborar em 2014 o Documento de Regimento Interno do APL com definição de responsabilidades;

### Resultado 2:

- \* Documento - relação de eventos, capacitações, editais e apoio nas buscas de editais;

### Resultado 3:

- \* 12,5 % em horas exibidas nos canais da TV aberta; 10 % nos canais da TV por assinatura em 2016;

### Resultado 4:

- \* Aumentar em 10% o número anual de produções do APL distribuídos aos cinemas em 2015;

### Resultado 5:

- \* Aumentar em 10% o número anual de curtas-metragens produzidos pelo APL exibidos em mostras e festivais em 2015;

### Resultado 6:

- \* Aumentar em 15% Número anual de obras independentes produzidas pelo APL para a televisão em 2015;

### Resultado 7:

- \* Ampliar em 15 % o número de técnicos em audiovisual formados anualmente a partir de 2016;
- \* Ampliar em 10 % a quantidade de instituições de ensino técnico de audiovisual em 2016;

### Resultado 8:

- \* Ampliar em 10 % o número de cursos superiores de Audiovisual em 2016;
- \* Ampliar em 15 % o número de profissionais formados anualmente, em nível de graduação e especialização a partir de 2016;

**Resultado 9:**

- \* Obter ao menos 02 instituições de ensino técnico ou superior articuladas com o APL de audiovisual a partir de 2015;

**Resultado 10:**

- \* Articular para obter 100% do nível de implantação da cota de exibição obrigatória na TV por assinatura prevista pela Lei 12.485, a partir de 2015;

**Resultado 11**

- \* Possibilitar aos atores do APL o acesso às novas tecnologias;

**Resultado 12**

- \* Ampliar em 20% o número de profissionais capacitados anualmente;

**Resultado 13**

- \* Documento Relatório de Pesquisa comprovando o reconhecimento da produção audiovisual autoral do APL;

**Resultado 14**

- \* Obter no mínimo 10 indicações e contratos fechados entre os atores a partir do Cadastro de Profissionais, anualmente a partir de 2015.

## 6. AÇÕES PREVISTAS

O quadro abaixo sintetiza as ações previstas para o APL Audiovisual, divididas por eixos e esferas de atuação. Os eixos de atuação são definidos por:

- \* **Infraestrutura e investimentos:** ações direcionadas majoritariamente ao poder público e instituições apoiadoras para desenvolvimento da infraestrutura das regiões onde o APL está inserido. Visa adequar ou revitalizar o espaço econômico-cultural do arranjo, ou ainda promover maior competitividade regional. Incluem-se neste eixo obras e construções civis, arquitetura e urbanismo e serviços públicos que garantam um ambiente propício para os negócios regionais (segurança, iluminação, transporte, saneamento, limpeza, etc).
- \* **Financiamento:** ações voltadas ao financiamento de recursos para as empresas pertencentes ao APL. Vão ao encontro de iniciativas para renovação ou modernização do parque produtivo, ampliação do espaço físico das empresas e da capacidade produtiva, capital de giro, entre outros.
- \* **Governança e Cooperação:** ações voltadas para o estabelecimento ou fortalecimento da governança local, bem como iniciativas que promovam a cooperação entre os diversos atores e instituições apoiadoras que compõem o arranjo.
- \* **Competitividade e Inovação:** ações direcionadas majoritariamente ao poder público e instituições apoiadoras para promoção da competitividade local por meio de inserção de tecnologia e/ou técnicas que promovam a inovação no arranjo. Visam trazer a produção econômico-criativa local para um patamar superior, em que os diferenciais dos produtos e serviços do APL são facilmente percebidos pelos consumidores, agregando valor.
- \* **Formação e Capacitação:** ações voltadas à formação e capacitação de empresários e da mão de obra dos arranjos em temas técnicos, gerenciais e voltados ao empreendedorismo.
- \* **Divulgação e Comunicação:** ações com o objetivo de promoção comercial do arranjo em âmbito local, regional e nacional. Incluem-se nesta categoria iniciativas como organização de feiras e rodadas de negócios, missões comerciais, organização de stands e lojas locais, desenvolvimento de websites, elaboração de materiais de divulgação, publicidade e mídia.
- \* **Acesso a Mercados:** ações voltadas ao Comércio Exterior.

		Esferas de atuação		
		LOCAL	ESTADUAL	FEDERAL
Eixos de atuação	Infraestrutura e Investimentos			01; 02
	Financiamento			03
	Governança e Cooperação	04; 05; 06		
	Competitividade e Inovação	07	08; 09	
	Formação e Capacitação	13	10; 12; 14; 16	11; 15
	Divulgação e Comunicação	17; 18; 20	19	
	Acesso a Mercados	21		

### 6.1 Infraestrutura e Investimentos

#### AÇÃO 01 – ARTICULAR PARA A CRIAÇÃO DE UM CINEMA PÚBLICO

**DESCRIÇÃO:** Participar da articulação junto à UFRN e Funcarte para criar e sustentar um cinema público.

**COORDENADOR:** ABDeC/RN,

**RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:** ABDeC/RN

**RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:** UFRN, BNDES, MinC, Bancos, Petrobrás, Banco do Brasil

**DATA DE INÍCIO:** Jan/2015

**DATA DE TÉRMINO:** Dez/2015

**RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:**

Maior distribuição de produtos do APL nos cinemas  
 Maior produção de curtas-metragens exibidos em mostras e festivais  
 Sustentação econômica de empresas e projetos  
 Maior divulgação da produção audiovisual autoral do APL

**AÇÃO 02 – INCUBADORA DE EMPRESAS E PROJETOS EM AUDIOVISUAL**

**DESCRIÇÃO:** Constituir uma incubadora de empresas e projetos audiovisuais no APL. Incubadoras ou berçários atuam na sustentação técnica de empresas e projetos na sua fase inicial, até que adquiram consistência e maturidade. É um importante instrumento para o desenvolvimento regional do audiovisual, se articulado com as demais instituições do APL: TVs, escolas e fundos de financiamento. Podem ser também canais de suporte regular para o desenvolvimento de empreendimentos inovadores.

**COORDENADOR:** ABDeC/RN

**RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:** ABDeC/RN

**RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:** UFRN, BNDES, MinC, Bancos, Petrobrás, Banco do Brasil

**DATA DE INÍCIO:** Jan/2015

**DATA DE TÉRMINO:** Dez/2015

**RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:**

Mais produções audiovisuais independentes regionais produzidos pelo APL exibidos nos canais de TV aberta e por assinatura

Maior produção de curtas-metragens exibidos em mostras e festivais

Ampliar a produção independente destinada à televisão

Acessar a novas tecnologias

Capacitação técnica de profissionais

**6.2 Financiamento**

**AÇÃO 03 – LINHA DE CRÉDITO PARA ESTRUTURAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E ACESSO ÀS NOVAS TECNOLOGIAS – PRODUTORAS**

**DESCRIÇÃO:** Como consequência da Lei 12.485, será necessário o fomento da produção audiovisual local, em todas as plataformas, sobretudo as pequenas e médias produtoras.

Será necessário crédito para a implantação dos planos de negócios das produtoras independentes, que precisarão se estruturar e profissionalizar para atender ao aumento de demanda esperado, como, por exemplo, adquirir equipamentos novos e mais modernos, acompanhando assim a demanda crescente gerada pela lei.

**COORDENADOR:** ABDeC/RN

**RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:** ABDeC/RN

<b>RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:</b> ANCINE-Condecine/Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e BNDES
<b>DATA DE INÍCIO:</b> Jan/2015
<b>DATA DE TÉRMINO:</b> Dez/2016
<b>RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:</b> Acessar a novas tecnologias Implantação dos instrumentos regulatórios previstos pela Lei Nº 12.485 (Lei da TV Paga) Mais produções audiovisuais independentes regionais produzidos pelo APL exibidos nos canais de TV aberta e por assinatura Ampliar a produção independente destinada à televisão

### 6.3 Governança e Cooperação

<b>AÇÃO 04 - ESTABELECIMENTO OU FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA LOCAL</b>
<b>DESCRIÇÃO:</b> Estabelecimento formal da Governança do APL. A proposta inicial é de se criar um Comitê Gestor responsável pela coordenação das ações e proposição de novas ações. O Comitê será composto por um Presidente e um Vice-presidente eleitos dentre seus participantes e por coordenadores de Grupos Temáticos divididos em função das demandas iniciais e que poderão ser revisados ao longo da estruturação do APL: <ul style="list-style-type: none"> <li>* Grupo político de parcerias e Relação com Agentes Públicos</li> <li>* Parcerias e Relação com Parceiros Privados (TVs, redes de cinema, etc.)</li> <li>* Grupo de Comunicação e Marketing: Dênia Cruz Scaff</li> <li>* Estruturação do APL</li> <li>* Gestão Financeira / Captação de Recursos / Projetos</li> <li>* Levantamento de Dados Estatísticos</li> </ul>
<b>COORDENADOR:</b> ABDeC/RN
<b>RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:</b> ABDeC/RN
<b>RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:</b> Sem custos
<b>DATA DE INÍCIO:</b> out/2014
<b>DATA DE TÉRMINO:</b> dez/2014
<b>RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:</b> Formalização do APL

**AÇÃO 05 – INTEGRAÇÃO DO APL COM INSTITUIÇÕES**

**DESCRIÇÃO:** Com esta ação pretende-se ampliar a integração do APL com instituições importantes para a sua sustentação (TVs públicas, redes regionais privadas, escolas de cinema, e os governos estadual e municipal). Está em consonância com o Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual.

**COORDENADOR:** ABDeC/RN

**RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:** ABDeC/RN.

**RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:** Sem custos

**DATA DE INÍCIO:** Dezembro/2014

**DATA DE TÉRMINO:** Contínua

**RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:**  
 Maior envolvimento das instituições que apoiam o APL  
 Acessar a novas tecnologias  
 Sustentação econômica de empresas e projetos  
 Atuar de forma mais colaborativa

**AÇÃO 06 – ARTICULAR A PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR NO ARRANJO REGIONAL DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL**

**Descrição:** É importante valorizar a aproximação das escolas com as produtoras e a televisão como elemento para o desenvolvimento sustentável do audiovisual. As escolas podem ser pontos de sustentação e convergência do APL, integrando-se aos processos produtivos do setor. Estimular, por exemplo, a participação das entidades do setor audiovisual nos conselhos das escolas, disponibilidade, nas escolas, de centros técnicos para uso das empresas etc.

**COORDENADOR:** ABDeC/RN

**RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:** ABDeC/RN.

**RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:** Sem custos

**DATA DE INÍCIO:** Dezembro/2014

**DATA DE TÉRMINO:** Contínua

**RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:**  
 Maior envolvimento das instituições que apoiam o APL  
 Acessar a novas tecnologias

### **AÇÃO 07 – CARTA DO AUDIOVISUAL**

**DESCRIÇÃO:** Elaborar uma Carta de demandas para políticas públicas para o setor. Esta carta será criada pelos atores integrantes da cadeia produtiva do audiovisual potiguar (APL) organizados de forma articulada a partir de debates e discussões a respeito das políticas públicas para o fomento e desenvolvimento da economia criativa do audiovisual, e para participação ativa junto ao estado (executivo e o legislativo) na construção das políticas públicas para esse setor.

Esse grupo de trabalho já conquistou junto à Fundação Capitania das Artes, Prefeitura do Natal, a reformulação do Edital Cine Natal 2014, com o acréscimo de recursos ampliando assim a possibilidade de fomento da produção audiovisual autoral no ano em curso. Foram também entregues cartas com demandas e propostas para os candidatos a governador durante um debate com questão da cultura potiguar.

**COORDENADOR:** Grupo político de parcerias e Relação com Agentes Públicos (grupo temático do comitê gestor do APL)

**RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:** ABDeC/RN, Funcarte, FJA.

**RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:** Sem custos

**DATA DE INÍCIO:** Março/2013

**DATA DE TÉRMINO:** Contínua

**RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:**  
 Maior envolvimento das instituições que apoiam o APL  
 Sustentação econômica de empresas e projetos

### **AÇÃO 08 – CADASTRO DE PROFISSIONAIS, EMPRESAS E SUAS OBRAS DE AUDIOVISUAL**

**DESCRIÇÃO:** Cadastramento de informações relevantes para os atores participantes do arranjo no Banco de Dados do Observatório Brasileiro de APLs (OBAPL).

Deve-se descrever as atividades desenvolvidas pelo setor audiovisual no estado, os agentes participantes, as áreas de interesse/atuação, projetos em realização e realizados, bem como obras audiovisuais, fomentando a troca de informação entre os membros. A atualização constante dessa plataforma e sua divulgação serão feitas pelos atores envolvidos no APL.

Esta ação está vinculada às diretrizes estabelecidas no Plano de Economia Criativa, que afirma a necessidade de “Identificar e catalogar as obras audiovisuais produzidas na região do APL”.

**COORDENADOR:** FJA

**RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:** ABDeC/RN, Sesc/RN, Sebrae/RN Sinapro.

<b>RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:</b> Secretaria de Cultura/RN, Secretaria de Desenvolvimento Econômico/RN, Secretaria de Planejamento/Natal, Minc, SAV e Secretaria de Economia Criativa/Minc - R\$ 8.000
<b>DATA DE INÍCIO:</b> março/2015
<b>DATA DE TÉRMINO:</b> dezembro/2015
<b>RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:</b> Maior divulgação da produção audiovisual autoral do APL Atuar de forma mais colaborativa

#### 6.4 Competitividade e Inovação

<b>AÇÃO 09 - MARCO REGULATÓRIO PARA O SETOR</b>
<b>DESCRIÇÃO:</b> Elaboração de projeto de lei que regulamente uma política pública de investimentos para o audiovisual. Instituir um fundo municipal para o audiovisual com previsão de um pilar financeiro para a organização do arranjo local. Na elaboração deste marco regulatório, iremos tomar como base experiências bem sucedidas de outros estados (a exemplo de Pernambuco, que criou a Lei estadual do audiovisual) e no plano federal, para isso serão necessários seminários, audiências públicas e reuniões de articulação política para construir junto com a comunidade audiovisual e a gestão pública. A contra-partida dos atores locais será a mobilização política, a realização de reuniões com parlamentares e a realização de estudos avaliando a realidade local, bem como da análise conjuntural/estrutural em outros estados.
<b>COORDENADOR:</b> ABDeC/RN
<b>RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:</b> Câmara de Vereadores, Secretaria de Cultura, ABDeC/RN, Cineclubes, MinC
<b>RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:</b> Sem custos previstos.
<b>DATA DE INÍCIO:</b> Ago/2014
<b>DATA DE TÉRMINO:</b> Jun/2015
<b>RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:</b> Sustentação econômica de empresas e projetos Maior envolvimento das instituições que apoiam o APL Implantação dos instrumentos regulatórios previstos pela Lei Nº12.485 (Lei da TV Paga)

## 6.5 Formação e Capacitação

<b>AÇÃO 10 - OFICINA / CURADORIA</b>
<b>DESCRIÇÃO:</b> Convidar e contratar especialistas que analisem as produções já realizadas nos diversos produtos e em seguida apresentem as oportunidades de melhorias e diagnóstico. Possíveis nomes: José Carlos Aronchi - especialista em gêneros e formatos Televisivos, Renato Levi (USP/PUCC SP) - especialista em Documentário e Cinema, Gustavo Spolidoro (PUCC RS) - especialista em Documentário e Cinema. Esta ação pode gerar uma coletânea (box) de produções potiguares.
<b>COORDENADOR:</b> Sebrae/RN
<b>RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:</b> Sebrae/RN, CANNE
<b>RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:</b> Sebrae/RN R\$ 5.000 para cada tema (TV e CINEMA)
<b>DATA DE INÍCIO:</b> Fev/2015
<b>DATA DE TÉRMINO:</b> Out/2015
<b>RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:</b> Capacitação técnica de profissionais

<b>AÇÃO 11 - CAPACITAÇÃO EM PRODUÇÃO EXECUTIVA</b>
<b>DESCRIÇÃO:</b> Oficinas em temas especialmente relevantes para sustentabilidade econômica do audiovisual. Em Produção Executiva de Projetos Cinematográficos, Lei 12.485/2011, Linhas de Financiamento da Ancine. Objetiva a capacitação de agentes produtores já inseridos no mercado audiovisual (publicitário ou não). Cerca de 40 hs por oficina.  A Lei 12.485 foi discutida por 5 anos no Congresso Nacional e propõe remover barreiras à competição, valorizar a cultura brasileira e incentivar uma nova dinâmica para produção e circulação de conteúdos audiovisuais produzidos no Brasil, de modo que mais brasileiros tenham acesso a esses conteúdos.
<b>COORDENADOR:</b> ABDeC/RN
<b>RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:</b> CANNE / Fund. Joaquim Nabuco (PE)
<b>RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:</b> MinC - R\$ 4.000 por oficina
<b>DATA DE INÍCIO:</b> jun/2015
<b>DATA DE TÉRMINO:</b> jul/2015
<b>RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:</b> Sustentação econômica de empresas e projetos

**AÇÃO 12 - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O AUDIOVISUAL**

**DESCRIÇÃO:** Montar um Plano de Capacitação identificando necessidades cruzando em uma matriz com instituições ofertantes e definindo um cronograma de atividades de capacitação voltadas para competências específicas, que não sejam contempladas por outras instituições, tais como cursos de roteiro, direção de arte, direção de atores, atuação para cinema e vídeo, direção, assistência de direção, produção executiva, produção, platô, direção de fotografia. A preocupação fundamental é articular estas ações, fomentando a fixação de profissionais qualificados no Rio Grande do Norte.

**COORDENADOR:** ABDeC/RN, Sebrae/RN.

**RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:** ABDeC/RN, Sebrae/RN.

**RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:** (das capacitações) ABDeC/RN, Sesc/RN, CANNE, Funcarte, FJA.

**DATA DE INÍCIO:** nov/2014

**DATA DE TÉRMINO:** dez/2014

**RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:**  
Capacitação técnica de profissionais

**AÇÃO 13 - NÚCLEO DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DIGITAL**

**DESCRIÇÃO:** Criação de um Núcleo voltado para a produção experimental envolvendo instituições públicas, privadas e realizadores independentes, voltado para realizar atividades em capacitação, produção, pesquisa, entre outros temas. A preocupação fundamental é articular estas ações, fomentando a fixação de profissionais qualificados no Rio Grande do Norte.

Esta ação está em consonância com o Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual, a saber: Criar em Natal/RN um Núcleo de Arte, Tecnologia e Inovação - diante do avanço tecnológico é interessante apoiar o desenvolvimento de um Núcleo de produção audiovisual digital que irá contribuir e auxiliar no apoio à pesquisas, a intercâmbios e a experimentações de artistas e criadores que exploram novas mídias e tecnologias. O objetivo desse núcleo é oferecer ambientes com infraestrutura tecnológica de ponta, e que funcionem em rede, para promover interligações entre pessoas e softwares e produzir obras de cinema interativo, esculturas robóticas e colagens de obras digitais, entre outros tipos de criação. Necessárias parcerias com governos locais, TVs públicas, produtores independentes e instituições da área social e cultural. No MinC, está sob responsabilidade da Secretaria de Políticas Culturais (SPC).

**COORDENADOR:** ABDeC/RN, UFRN, IFRN, UERN, Sesc/RN, Sesc/SP, CANNE, Funcarte, FJA.

<b>RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:</b> ABDeC/RN, Cine Clube Natal, Funcarte, FJA.
<b>RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:</b> Sesc/RN, Sesc/SP, CANNE, Funcarte, FJA, MEC, MinC, MDIC, BNDES, (a definir)
<b>DATA DE INÍCIO:</b> jun/2015
<b>DATA DE TÉRMINO:</b> dez/2016
<b>RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:</b> Capacitação técnica de profissionais Maior envolvimento das instituições que apoiam o APL

<b>AÇÃO 14 - PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS PARA O SETOR AUDIOVISUAL</b>
<b>DESCRIÇÃO:</b> A pós-graduação, além de tratar da elaboração acadêmica para o audiovisual, deve distinguir dois temas em especial: a dramaturgia e a gestão de negócios. A primeira considera a motivação cultural mais básica que sustenta toda a atividade audiovisual: construção textual para contar boas histórias. A segunda trata de juntar capacidades administrativas para que as ideias escritas e filmadas convertam-se em riqueza.
<b>COORDENADOR:</b> ABDeC/RN
<b>RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:</b> UFRN
<b>RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:</b> UFRN / MinC
<b>DATA DE INÍCIO:</b> Jan/2016
<b>DATA DE TÉRMINO:</b> Dez/2016
<b>RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:</b> Sustentação econômica de empresas e projetos Capacitação técnica de profissionais Qualificar e incrementar a formação de profissionais de nível superior para a atividade audiovisual Maior envolvimento das instituições que apoiam o APL

<b>AÇÃO 15 - QUALIFICAR PESSOAS PARA CRIAR E CONDUZIR CINECLUBES</b>
<b>DESCRIÇÃO:</b> Os cineclubes são espaços que exibem filmes brasileiros e estrangeiros sem fins comerciais e que promovem palestras, discussões e debates sobre o que é apresentado. O programa Cine Mais Cultura, do Ministério da Cultura (MinC), realiza oficinas de formação com agentes e técnicos, oferece equipamentos audiovisuais de projeção digital e obras brasileiras aos cineclubes. O objetivo é ampliar o acesso às produções recentes e aos filmes que estão fora do circuito de exibição e também

promover oficinas de capacitação, que atendam prioritariamente aos bairros periféricos das cidades brasileiras. Os cineclubes podem estimular a formação de público e democratizar o acesso à produção artística e audiovisual.
<b>COORDENADOR:</b> ABDeC/RN,
<b>RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:</b> MinC
<b>RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:</b> MinC
<b>DATA DE INÍCIO:</b> Jan/2015
<b>DATA DE TÉRMINO:</b> Dez/2016
<b>RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:</b> Sustentação econômica de empresas e projetos Capacitação técnica de profissionais Maior distribuição de produtos do APL nos cinemas

<b>AÇÃO 16 - QUALIFICAÇÃO EM NEGÓCIOS, GESTÃO E PLANEJAMENTO</b>
<b>DESCRIÇÃO:</b> Qualificar os atores do APL em gestão, negócios e planejamento.
<b>COORDENADOR:</b> Sebrae, ABDeC/RN
<b>RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:</b> Sebrae/RN
<b>RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:</b> Sebrae/RN
<b>DATA DE INÍCIO:</b> jan/2015
<b>DATA DE TÉRMINO:</b> dez/2015
<b>RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:</b> Sustentação econômica de empresas e projetos

## 6.6 Divulgação e Comunicação

<b>AÇÃO 17 - CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS</b>
<b>DESCRIÇÃO:</b> Elaborar um calendário contemplando cursos, oficinas, mostras, festivais, editais, concursos, fundos e outras atividades importantes relacionadas ao audiovisual com o objetivo de apresentar ações previstas sob responsabilidade de diversas instituições.
<b>COORDENADOR:</b> FJA/Secult-RN, Funcarte/Secult-Natal, APL Audiovisual/RN.

<b>RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:</b> FJA/Secult-RN, Funcarte/Secult-Natal, APL Audiovisual/RN, ABDeC/RN, Sesc/RN, CANNE, Ancine.
<b>RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:</b> Secretarias de Cultura-RN/Natal, Minc, Secretaria de Economia Criativa/Minc, FJA/Funcarte
<b>DATA DE INÍCIO:</b> novembro/2014
<b>DATA DE TÉRMINO:</b> fevereiro/2015
<b>RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:</b> Maior divulgação da produção audiovisual autoral do APL

#### **AÇÃO 18 - CICLO DE CINEMA POTIGUAR ITINERANTE**

<b>DESCRIÇÃO:</b> Criar um ciclo de cinema reunindo um panorama do cinema potiguar em São Paulo, tendo em vista a divulgação das produções potiguares. A experiência pode ser repetida em outros estados tais como Paraíba, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro, Brasília, entre outros. Esta ação pode gerar uma coletânea (box) de produções potiguares.
<b>COORDENADOR:</b> ABDeC/RN, Sesc/RN, Funcarte.
<b>RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:</b> ABDeC/RN, Sesc/RN, Sistema Sesc
<b>RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:</b> Sesc/RN, Sesc/SP Secretarias de Turismo/Natal e RN.
<b>DATA DE INÍCIO:</b> ago/2015
<b>DATA DE TÉRMINO:</b> ago/2016
<b>RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:</b> Maior divulgação da produção audiovisual autoral do APL Maior distribuição de produtos do APL nos cinemas Maior produção de curtas-metragens exibidos em mostras e festivais

#### **AÇÃO 19 - FEIRA REGIONAL DE NEGÓCIOS DO AUDIOVISUAL/EXPOCINE**

<b>DESCRIÇÃO:</b> Criação de um evento regional bienal fomentando o encontro entre produtoras, realizadores independentes, distribuidoras, emissoras de TV, agências, cineclubistas, pesquisadores, fornecedores de equipamentos, estudantes, entidades públicas e privadas interessadas na economia criativa do audiovisual. Apresentação de produtos, oficinas, rodada de negócios.
<b>COORDENADOR:</b> Sebrae, ABDeC/RN, SAV/Minc
<b>RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:</b> ABDeC/RN, ABD Nacional, UFRN/UnP, Sebrae/RN.

<b>RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:</b> Sebrae/RN, SAV/Minc, Secretarias Estaduais de Turismo/Desenvolvimento (RN, CE, PB). Estimativa: R\$ 200 mil
<b>DATA DE INÍCIO:</b> Jul/2015
<b>DATA DE TÉRMINO:</b> Jun/2016
<b>RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:</b> Maior divulgação da produção audiovisual autoral do APL Maior distribuição de produtos do APL nos cinemas Maior produção de curtas-metragens exibidos em mostras e festivais Maior envolvimento das instituições que apoiam o APL Mais produções audiovisuais independentes regionais produzidos pelo APL exibidos nos canais de TV aberta e por assinatura Ampliar a produção independente destinada à televisão

<b>AÇÃO 20 – PRODUÇÃO COLETIVA DE UM LONGA-METRAGEM</b>
<b>DESCRIÇÃO:</b> Produção coletiva de um longa-metragem (através da composição de vários curtas). Possível tema: ditadura em Natal. É uma forma do APL começar a se lançar no mercado de longas sem, no entanto, precisar de um alto orçamento e, também, criar um produto de forma totalmente colaborativa.
<b>COORDENADOR:</b> ABDeC/RN
<b>RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:</b> ABDeC/RN, Produtores independentes
<b>RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:</b> A prospectar, possivelmente edital Comissão da Verdade
<b>DATA DE INÍCIO:</b> Jan/2015
<b>DATA DE TÉRMINO:</b> Dez/2015
<b>RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:</b> Maior divulgação da produção audiovisual autoral do APL Maior produção de curtas-metragens exibidos em mostras e festivais Sustentação econômica de empresas e projetos Atuar de forma mais colaborativa

## 6.7 Acesso a Mercados

<b>AÇÃO 21 - TVS PÚBLICAS</b>
<b>DESCRIÇÃO:</b> Estreitar relação com a TVs Públicas Regionais (TVU, TV Câmara, TV Assembléia) para ampliar as janelas de exibição para as produções independentes. A começar pela articulação da retomada do

programa “Olhar Independente” da TVU e propor outros projetos reinvidicando espaços semelhantes nas demais.

**COORDENADOR:** ABDeC/RN,

**RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:** ABDeC/RN,

**RESPONSÁVEL PELA VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA:** -

**DATA DE INÍCIO:** Jan/2015

**DATA DE TÉRMINO:** Dez/2015

**RESULTADO(S) ESPERADOS COM A AÇÃO:**

Ampliar a produção independente destinada à televisão

Sustentação econômica de empresas e projetos

Maior divulgação da produção audiovisual autoral do APL

## 7. GESTÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO

O Plano de Desenvolvimento será gerido e acompanhado pela equipe de governança do APL.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC), por meio do Núcleo Estadual de Apoio aos APLs ficará responsável pela avaliação: verificação se as ações estão sendo realizadas conforme definido neste Plano de Desenvolvimento.

Os principais documentos para esta avaliação são as atas de reunião de governança e o documento onde são preenchidos os status do andamento das ações (Anexo).

Para as ações não cumpridas nos prazos definidos, será justificado o motivo e a proposta de nova data para conclusão deverá ser definida. Caso exista alguma ação com impossibilidade de realização a governança deve avaliar a manutenção da mesma e se viável criar meios para que a mesma seja concluída.

Caso seja identificada a necessidade de exclusão de alguma ação, a mesma deve ser justificada e aprovada pela governança do APL. A justificativa deve ser baseada no impacto que a exclusão desta ação trará para o desenvolvimento e fortalecimento do APL.

No caso de não cumprimento e exclusão da ação todos os presentes devem votar e o comitê que representa a governança deve estar representado. Tanto as alterações de prazo, quanto as exclusões devem ser realizadas se as justificativas forem aceitas por 100% da governança e 80% dos presentes. Alternativas para recuperar uma ação não realizada, assim como ações substitutas devem ser discutidas nas reuniões de governança que terão frequência mensal.

## 8. INSTRUMENTOS PARA ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Os instrumentos para acompanhamento e avaliação do plano são descritos abaixo:

- \* Instrumento 1: Ata de reunião de governança mensal;
- \* Instrumento 2: Relação das ações, com data de início, data fim e atualização de status – Anexo;
- \* Instrumento 3: Apresentação nas reuniões mensais de governança dos documentos gerados pelas ações que terão documentos como resultado. Conforme relação abaixo:
  - Documento de Regimento Interno;
  - Folha de presença nos treinamentos nas capacitações;
  - Registro do número de produções realizadas com controle de público (bilheteria);
  - Registro de participação em eventos internacionais, intercâmbio e residência artística.

As ações que envolvem a geração de documentos somente poderão ser consideradas concluídas após a apresentação do documento.

Em caso de divergência de opinião e entendimento cabe ao Presidente e ao Vice-Presidente do Comitê Gestor do APL dirimirem as diferenças e orientar na decisão final.

**9. ANEXO - Relação das Ações**

ITEM	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DATA INICIO	DATA FIM	STATUS	OBSERVAÇÃO
01	Articular para a criação de um cinema público	Jan/2015	Dez/2015		
02	Incubadora de empresas e projetos em audiovisual	Jan/2015	Dez/2015		
03	Linha de crédito para estruturação, modernização e acesso às novas tecnologias – produtoras	Jan/2015	Dez/2016		
04	Estabelecimento ou fortalecimento da governança local	Out/2014	Dez/2014		
05	Integração do APL com instituições	Dez/2014	Contínua		
06	Articular a participação de instituições de ensino técnico e superior no arranjo regional de produção audiovisual	Dez/2014	Contínua		
07	Carta do audiovisual	Mar/2013	Contínua		
08	Cadastro de profissionais, empresas e suas obras de audiovisual	Mar/2015	Dez/2015		
09	Marco regulatório para o setor	Ago/2014	Jun/2015		
10	Oficina / curadoria	Fev/2015	Out/2015		
11	Capacitação em produção executiva	Jun/2015	Jul/2015		
12	Capacitação de profissionais para o audiovisual	Nov/2014	Dez/2014		
13	Núcleo de produção audiovisual digital	Jun/2015	Dez/2016		
14	Pós-graduação em gestão de negócios para o setor audiovisual	Jan/2016	Dez/2016		
15	Qualificar pessoas para criar e conduzir cineclubes	Jan/2015	Dez/2016		
16	Qualificação em negócios, gestão e planejamento.	Jan/2015	Dez/2015		
17	Calendário anual de eventos	Nov/2014	Fev/2015		
18	Ciclo de cinema potiguar itinerante	Ago/2015	Ago/2016		
19	Feira regional de negócios do audiovisual/expocine	Jul/2015	Jun/2016		
20	Produção coletiva de um longa-metragem	Jan/2015	Dez/2015		
21	TVs Públicas	Jan/2015	Dez/2015		

